



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR		
EVENTO: Reunião Ordinária	Nº: 1028/13	DATA: 07/08/2013
INÍCIO: 14h52min	TÉRMINO: 17h13min	DURAÇÃO: 2h21min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 2h22min	PÁGINAS: 55	QUARTOS: 29

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

CARLOS ALBERTO LERÉIA - Deputado Federal.

SUMÁRIO: Oitiva do Deputado Carlos Alberto Leréia, para prestação de esclarecimentos relacionados à Representação nº 17, de 2012.

OBSERVAÇÕES

Há palavras ou expressões ininteligíveis.
Houve intervenção fora do microfone. Ininteligível.
Durante a reunião, fez uso da palavra o Sr. Getúlio Humberto Barbosa de Sá, advogado do Deputado Carlos Alberto Leréia.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Declaro aberta esta reunião ordinária do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados.

Vou fazer algumas comunicações.

No dia 17 de julho, formulei questão de ordem sobre a suspensão dos prazos neste Conselho, de 18 a 31 de julho, tendo em vista a não realização de sessões plenárias nesse período.

A Presidência da Casa informou que a contagem dos prazos em dias úteis segue normalmente, pelo fato de a sessão legislativa ordinária não ter sido interrompida, conforme determina o § 2º do art. 57 da Constituição Federal.

Recebemos do Procurador-Geral de Justiça de São Paulo, Dr. Márcio Fernando Elias Rosa, Ofício nº 2.688, de 2013, encaminhando denúncia do Sr. Danilo Ferreira contra o Deputado Pastor Marco Feliciano.

Informo que estou encaminhando essa documentação à Mesa Diretora para providências, uma vez que este Conselho só se manifesta mediante provocação da Mesa Diretora ou de partido político representado no Congresso Nacional, conforme estabelece o art. 9º do Código de Ética.

Ordem do Dia.

A presente reunião tem por finalidade a oitiva do Deputado Carlos Alberto Leréia, para prestar esclarecimentos relacionados à Representação nº 17, de 2012, Processo nº 8, de 2013. Registro a presença do advogado do Representado, Dr. Getúlio Humberto Barbosa de Sá.

Para o bom andamento dos trabalhos, os procedimentos a serem adotados para esta reunião serão os seguintes: inicialmente, o Deputado Carlos Alberto Leréia usará a palavra para suas considerações pelo tempo que julgar necessário.

Em seguida, será concedida a palavra ao Relator, Deputado Ronaldo Benedet, para que formule suas perguntas, que poderão ser feitas em qualquer momento que entender necessário.

Logo após, farei a chamada dos membros deste Conselho, de acordo com a lista de inscrição, para que inquiram o Representado. O tempo para formularem suas perguntas será de 5 minutos improrrogáveis, com 2 minutos para a réplica.

Os Deputados não membros poderão fazer uso da palavra por até 3 minutos cada, com 1 minuto para a réplica.



O Representado poderá usar a palavra para fazer suas considerações finais.

O Deputado que usar da palavra não poderá ser aparteado, e o Representado não será interrompido, exceto pelo Presidente ou pelo Relator, conforme o art. 12, incisos VII e VIII.

Convido para tomar assento à mesa o Deputado Ronaldo Benedet, Relator, que já está aqui, o Deputado Carlos Alberto Leréia, e seu advogado, o Dr. Getúlio Humberto de Sá. *(Pausa.)*

Pois não, Deputado José Carlos Araújo.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Sr. Presidente, o advogado do Representado não fará uso da palavra?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Se o Representado quiser que o seu advogado utilize a palavra, se S.Sa. solicitar, nós lhe daremos a palavra.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Porque é bom comunicar o advogado, se ele quiser usar da palavra... É costume, geralmente, que o advogado fale...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Se quiser utilizar da palavra, V.Sa. faz o pedido, e vamos atender.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Obrigado, Presidente,

O SR. GETÚLIO HUMBERTO BARBOSA DE SÁ - Perfeitamente, obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Passo a palavra ao Deputado Carlos Alberto Leréia, para suas considerações iniciais.

O SR. DEPUTADO CARLOS ALBERTO LERÉIA - Sr. Presidente do Conselho de Ética da Câmara dos Deputados, Deputado Ricardo Izar, Sr. Relator, Deputado Ronaldo Benedet, Dr. Getúlio, assessores desta Comissão, profissionais de imprensa e colegas Parlamentares, eu, conforme todos acompanharam da imprensa, quando houve o episódio que citava o nome do Sr. Carlos Cachoeira na investigação, desencadeada a pedido do Ministério Público Federal, feito pela Polícia Federal, e meu nome surgiu na imprensa, confesso-lhes que não achei estranho pelo fato de que, já que ele tinha telefone grampeado, com autorização judicial, e eu falava frequentemente com ele, tratando-se de um amigo meu, então, não tinha por que o meu nome não ser citado ali. A minha amizade com o Sr. Carlos



Cachoeira vem da década de 80, visto termos mais ou menos a mesma idade, diferença de 2 anos.

Eu vim de uma cidade do norte de Goiás para a Capital do Estado, e fui trabalhar com o ex-Senador, à época o grupo autêntico do MDB, Dr. Henrique Santillo, que era de Anápolis, que tinha ligação. Então, eu fiquei conhecendo, através do Sr. Uiatan Cavalcante, que foi Deputado Estadual na divisa dos Estados de Goiás e do Tocantins, o Sr. Carlos Cachoeira, e ficamos amigos. Ele era uma pessoa muito ligada, com sua família, à cidade de Anápolis, e sempre nos encontrávamos casualmente. Depois, quando eu assumi o mandato de Deputado Estadual — fui candidato em 1990, em 1992 — ficamos mais próximos. Mas ele lá no meio dele e eu no meu, mas sempre amigos.

Depois ele se casou. Eu me lembro de que no seu casamento, uma pessoa tão bem relacionada, dos cantores famosos de Goiás, das duas duplas mais famosas da época as duas lá estavam. Havia Secretários de Estado e Prefeitos no casamento dele. Então, é uma pessoa muito bem-relacionada em todo o Estado. E, com isso, ficamos ali, uma pessoa que tinha contato.

Em 1994, eu me candidatei à reeleição de Deputado Estadual, e ele também participava de política. Eu me lembro de que ele tomou uma decisão política: apoiou um dos candidatos a Governador, isso em 1994. Por isso, ele se aproximou. Quando esse candidato venceu a eleição, em 1995, eles fizeram uma licitação — não sei como é o nome que se usava à época — e ele assumiu o comando das loterias, aquele convênio com o Estado. Eu era oposição a esse Governo. Ele assumiu esse contrato.

Em 1998, ganhamos o Governo. O Governador do meu lado, o que ganhou, que é o atual Governador, Marconi Perillo, manteve esse mesmo contrato, inclusive o renovou. Eu me lembro de numa época em que o Sr. Carlos Cachoeira pagava para o Estado aproximadamente 1 milhão de reais por mês. Não era jogo do bicho, era aquela coisa... Tinha a superintendência de loterias, e ele assumiu, através de um convênio legal, aprovado em Tribunal, essas coisas todas. Então, atividade normal.

Nesse meio tempo, ele montou um laboratório, como todos sabem, no Parque Industrial de Anápolis, onde há grandes laboratórios. Todas essas pessoas, com a



questão do genérico, cresceram. Cresceu esse setor empresarial em Goiás. Havia o Laboratório Teuto, por exemplo, que é da mesma época, que cresceu. Foi vendido agora, 50% dele, quase 2 bilhões para a Pfizer, e a Neo Química também, que é do mesmo grupo, foi vendida para o grupo da Hypermarcas por mais de 1 bilhão de reais. E o Sr. Carlos Cachoeira tem uma empresa — dele também — produtora desses medicamentos, como há outras tantas naquela região.

Então, é um homem que ganhou muito dinheiro, uma pessoa rica, que, nesse período de 1995 a 2005, quando foi suspenso esse contrato com os Estados que tinham negócio de bingo, essas coisas, negócio de loterias, aquelas raspadinhas, aquelas coisas, eu sei que ele pagou para o Estado, aproximadamente, nesses anos, de 40 a 50 milhões. Pagou isso aí. Então, era uma pessoa insuspeita. Ele se relacionava com o meio político, empresarial, atividades empresariais, uma pessoa, com a qual eu tinha amizade, e não tinha para mim nenhuma novidade nessa questão, uma pessoa para mim que tinha contato com o meio da Justiça, da segurança pública, do bem político, empresarial, enfim.

Montou também um laboratório, aquele quando se vai lançar um medicamento — eu não entendo bem, mas o pessoal da área de saúde entende — no mercado, para ele poder ser consumido pela população, depois de autorizado pela ANVISA, ele tem que fazer essa pesquisa. E um laboratório desses, sócio com mais outros dois grandes empresários... Então, era um empresário fortíssimo no Estado e bem relacionado.

Então, não achei estranho quando o meu nome foi citado, porque eu tinha com ele amizade. E aí, naquele episódio, quando saiu o seu nome, o meu nome surgiu na imprensa, eu peguei e me manifestei um dia aqui da tribuna da Câmara Federal, não na parte de cima, na parte de baixo, eu usei o microfone e disse: *“Olha, eu estou trazendo dois ofícios, um ao Presidente desta Casa, à época, e outro ao Presidente, já tinha instalado a CPMI, oferecendo-me para depor na CPMI”*. Ainda registrei naquele dia, falei: *“Inclusive, hoje, é aniversário e ele está preso na Papuda, gostaria de fazer também o registro, que ele é meu amigo e está preso lá”*.

Aí botaram que eu estava fazendo deboche. Podem pegar a gravação de que eu disse isso, falei: *“Olha, estou trazendo dois ofícios, protocolei”*. Isto está registrado, não tem como ser mentira. E aí o Relator da Corregedoria, depois, lá na



frente, disse que eu estava usando aquilo para fazer deboche. E não era. Eu estava era tentando me antecipar, me oferecer para depor na CPMI. Tanto é que o fiz. Parece que fui o último a depor, muitos da imprensa acompanharam, colegas de trabalho acompanharam. Eu fui lá e depus. E a minha amizade com ele nunca foi escondida. Eu lembro, acho que o Zé Carlos estava nesta sessão. É só, também... Isto aqui é filmado.

Em 2005, eu fui depor como testemunha. Quando houve o episódio do Mensalão, fomos testemunhas naquele episódio que envolveu o Deputado Mabel e a Deputada Raquel Teixeira, de Goiás, do meu Estado. E um Deputado do Maranhão, chamado Paulo Marinho, era do PR à época, veio para me intimidar. Disse: *“Olha, fiquei sabendo que o senhor é amigo do Sr. Carlos Cachoeira”*. Isso aqui no microfone — foi no Conselho de Ética, é só olhar os arquivos que está escrito —, e eu falei: *“É meu amigo pessoal, sim, senhor”*. Já era uma maneira de querer...

Por que eu não tinha preocupação com o Sr. Carlos Cachoeira? Ele denunciou o Waldomiro Diniz naquela fita que o Brasil inteiro tomou conhecimento, todos se lembram daquilo, ele teve a vida dele devassada. As atividades dele, um laboratório que precisa de autorização da ANVISA, Receita Federal, Secretaria de Fazenda, portanto, uma pessoa, eu diria, legal dentro do País. Não via nenhum problema em relação a isso. Então, eu gostaria de colocar desta maneira.

Quando fui à CPMI e fiz o depoimento... Depois veio a questão da Corregedoria, e da Corregedoria eu gostaria, Sr. Presidente, Sr. Relator... Porque eu não recebi aqui... Não é documento da Mesa que veio para cá; é um documento feito... porque três Deputados foram para a Corregedoria, três Parlamentares, eu, o Deputado Sandes Júnior e o Deputado, parece-me, Stepan Nercessian.

O meu, o Corregedor, no dia em que foi escolhido, no dia, no outro dia, deu entrevista em um meio de comunicação lá de Goiás já me condenando. Por isso, eu quero, Sr. Presidente, cumprimentar esta Comissão, independente do resultado aqui, V.Exa., o Relator, Deputado Benedet, que, em momento algum, depois de eu estar aqui nesta Comissão, ninguém deu entrevista em meu Estado me condenando. Quer dizer, a maneira do tratamento está totalmente diferenciada. Aqui está tendo o tempo necessário, os prazos, e lá o rapaz que era Relator, Deputado



do Rio Grande do Sul, já antecipadamente me botou como condenado. Fazer o quê? Fui lá, fiz o depoimento, expliquei. Então, esta é a diferença. E aqui o Relator, Deputado Benedet, Deputado com o qual eu não tenho, estou aqui desde 2003, com o qual eu não mantenho nenhuma relação... Mas eu quero cumprimentar V.Exa., porque jamais eu vi o senhor dando alguma entrevista, querendo aparecer em cima desse fato, o que o outro fez em cima de mim, já no outro dia dando entrevista. Eu tenho guardado — está aí nos processos —, antecipando que eu era marginal e não sei o quê.

Olha, eu tive tanta sacanagem nesse episódio... Eu ofereci na CPMI o meu sigilo bancário, fiscal, telefônico, o que quisessem, patrimonial. Houve um documento assinado pela Receita Federal, tem cópia dele aí, eu mandei para o... E ao abrir o meu sigilo fiscal botaram que só numa conta, de um local em que eu devo, tirei um empréstimo de 300 mil reais de uma cooperativa de crédito, em Goiânia, eu havia movimentado — isso um documento oficial da Receita Federal do Brasil —, na hora em que passar esse episódio todinho vou reparar isso, que eu havia movimentado 260 milhões de reais. O documento está aí. Eu o entreguei para o Presidente da CPMI à época, Senador Vital do Rêgo. Para vocês verem o tamanho.

Quantas coisas eu vi escrito, tipo assim: *“Nextel. Eu tenho cinco Nextel”*, que eu pago e não é de agora. É só levantar. Isto é uma empresa constituída, uma empresa operadora. Como tem a Vivo, como tem Tim, tem essa Nextel — acho que é americana, sei lá. Assim que chegou ao Brasil, eu comprei. Por quê? Porque pega aqui, pega em Goiânia e facilita... Você não paga. Eu não tenho um telefone, eu tenho só um rádio. Vou chamar o motorista: *“Olha, me pega aqui embaixo, na Chapelaria.”* Para ligar no gabinete, para fazer economia. Eu tenho cinco Nextel com o meu CPF — cinco Nextel com o meu CPF — e são pagos por mim. E aí botaram: *“Olha, ele tem Nextel, é do clube do Nextel”*, uma série de fatores. *“Que eu ajudei a fazer...”*, até isso colocaram. *“Que eu ajudei a resolver problema de visto.”* Visto? Eu sou Deputado Federal. Fui Presidente de três Comissões nesta Casa. Inclusive aqui, neste plenário, na Comissão de Viação e Transportes, eu fui Presidente. Fui Presidente da Comissão de Relações Exteriores. Para eu arrumar o visto americano para a minha família, para minha mulher e para os meus filhos, eles tiveram que vir



aqui e lá, na Embaixada dos Estados Unidos, digitar os dedos, as suas impressões digitais. Eu tive que dar entrada aqui, acho que na 2ª Secretaria.

Agora, pedidos? O que eu já recebi de pedidos por telefone... Eu sou um Parlamentar do interior. Minha cidade tem menos de 30 mil eleitores. Fica no norte de Goiás, Minaçu. Eu tenho por hábito atender a todas as pessoas que me ligam. O que tem de gente que te pede coisa ilegal... E eu não vou dar bronca em ninguém. Quem sou eu para estar corrigindo os outros. Só explico: *"Isso aqui..."* Pode ou não pode. Quantas pessoas... *"Ó, meu filho vai passar no concurso."* Emprego? As pessoas pedem emprego para a gente, que eu nunca vi! Uns, você até consegue. Nós já ganhamos governo, já perdemos. E uns ficam insatisfeitos porque estão ganhando mal. Vários. Eu tenho reclamação aqui e agora... Eles aprenderam a mandar mensagem. Eu tenho reclamação de pessoas, me xingando. *"Eu pedi um emprego e você não conseguiu."* Isto é da atividade política. Mas colocaram que eu era o agente, que eu ajudava o Carlos Cachoeira, que eu arrumava emprego, que eu tinha Nextel. Enfim, uma série de fatores que só uma oportunidade de conversar assim para poder esclarecer.

Colocaram que eu avisei sobre uma operação policial. A operação policial que eu avisei... A Polícia Federal sabe perfeitamente que naquele período não teve operação. E que amizade tem um Deputado como eu... Eu nunca estive em Polícia Federal em lugar... Eu não tenho amizade com esse pessoal. Eu não tenho amizade. Mas colocaram. Sabem por que eu estava com medo? É porque uma pessoa que tem nome e sobrenome, o Sr. Marcos Martins, foi Chefe da Polícia Civil do Estado, um delegado de carreira, chegou para mim um dia, numa festividade, e disse: *"Olha, você foi encomendado para morrer"*. Eu poderia muito bem, como Deputado Federal, vir aqui para... O Fulano de tal deu nome e sobrenome. *"Você foi encomendado."* Porque eu tinha uma briga com o Governador anterior e com o Secretario da Fazenda anterior. Ficaram meus inimigos. Inclusive tem uma ação que eles moveram contra mim. Eu poderia ter vindo aqui, na tribuna da Câmara Federal, dizer: *"Olha, eu preciso de proteção..."* Fazer aquele estardalhaço. Eu fui me informar, se tinha fundo de verdade ou não nessa história. E uma das pessoas com a qual eu tenho amizade... E pedi: *"Carlinhos, me ajuda a ver se tem um fundo de verdade? Pode ser alguma coisa armada..."* E ele foi tentar me ajudar se tinha



alguma... Porque, o Carlinhos, eu sei que ele tem amizade nesse meio. Ele tem amizade, muita amizade nesse meio. Isso até o episódio em que ele foi grampeado... Mostra que ele é uma pessoa relacionada em Goiás, mas muito, principalmente nesse meio de polícia. Eu não tenho amizade nesse meio. Eu tenho... Eu conheço pouquíssimos. Da Polícia Federal então, eu, para dizer a verdade para vocês, quem eu conheço, olha, só tem um que hoje está na Polícia Federal em Goiás, que foi... Antes de ser policial, passar num concurso, era membro do nosso partido e foi Secretário da Prefeitura de Goiânia.

Eu não tenho relação, eu não tenho relação nesse meio. Mas, de qualquer maneira, saiu dessa maneira. Eu tentei, uma vez ou outra, mostrar que isso não era verdade da imprensa. Vi que não consegui, eu falei: *“Olha, só me resta falar agora quando for convocado nos meios, ou CPMI, ou Conselho de Ética, ou Corregedoria”*. Porque não tinha jeito. Botaram que eu sou sócio do Carlinhos numa propriedade, na Aldeia do Vale. Nunca fui. Poderia ter sido. Eu tinha uma casa no Granville, que eu vendi, um condomínio fechado em Goiânia, e tinha um lote no Alphaville. No meu Imposto de Renda consta que eu vendi as duas propriedades. Eu já as vendi para comprar um apartamento. Eu tinha uma casa... Mudei por causa do trânsito, porque ninguém suporta mais, tem que atravessar Goiânia. Mas nunca tive casa na Aldeia do Vale. Mas botaram lá, saiu no jornal. Botaram lá. Enfim, um punhado de coisas que saiu. Eu falei: *“Só há uma maneira de tentar explicar...”* Na imprensa, eu lhes confesso, quando pega é muito difícil. Não culpo a imprensa, porque a maneira como que foi vazado, a maneira como que foi vazado isso, a investigação, e a maneira como que foi soltando.

Todos sabem que tinha um conteúdo político nessa história, mas não posso também condenar. *“Mas seu nome estava lá.”* Não tinha como não estar. Se meu nome não aparecesse nessa investigação, então não estavam grampeados os telefones. Eu conversava sempre com o Carlinhos, meu amigo. Enfim, se vocês me perguntarem se eu ainda mantenho amizade com ele... Mantenho, mesmo discordando do que depois eu fiquei sabendo que foi feito. Mas não vou deixar... Porque a gente pode assumir o mandato de Presidente, de Governador, de Deputado, de Senador, a história e as ligações da gente, a família, não têm como nós... Cada um tem a sua. Não têm como sair delas. Isto faz parte. E no convívio



humano você se relaciona com as pessoas. E nós, como agentes públicos eleitos, claro que nos relacionamos também com as pessoas. Isto é da nossa própria atividade. Relacionamos, conversamos sobre política, conversamos sobre coisas tão variadas com os amigos, companheiros políticos, partidários, ou não.

Enfim, eu fico à disposição dos ilustres colegas Parlamentares, do Sr. Relator, do Sr. Presidente, para responder quaisquer perguntas que me forem formuladas. Eu não tenho nenhum constrangimento com nenhum tipo de pergunta.

Agora, quero mais uma vez ressaltar o trabalho que aqui está sendo feito; pelo menos, eu diria, está sendo respeitoso para com as pessoas que votaram em mim, não de todos, mas do Relator que fez contra mim, na Corregedoria — todos sabem aí quem é, os colegas Parlamentares —, que quis somente... Ele quis aparecer quando o meu nome foi citado. É um Parlamentar do Rio Grande do Sul. E eu não vou ficar aqui discutindo, porque, eu acho, essa fase já passou. Eu contestei lá, mas, no entanto, fui voto vencido.

Mas me coloco à disposição de V.Exas. para poder esclarecer os fatos com os quais os senhores tenham alguma dúvida, ou o Sr. Relator, ou quaisquer dos membros deste conselho.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Passo a palavra ao Relator, o Deputado Ronaldo Benedet.

O SR. DEPUTADO RONALDO BENEDET - Sr. Presidente, Deputado Ricardo Izar, Sr. Deputado Carlos Alberto Leréia, demais Deputados, realmente quero dizer que conheci V.Exa. no dia de hoje. O Sr. Carlos Alberto eu não conhecia. Não sei se já tinha encontrado na Câmara... Mas é nesta data que, pela primeira vez, nos encontramos.

E esta questão de não fazer qualquer prejulgamento eu acho que é, no mínimo, uma questão de ética no Conselho de Ética. Se a gente começar a fazer um prejulgamento... Vamos ter que encaminhar as questões para formar convicção.

Algumas questões, Deputado Carlos Alberto, acho que a gente tem que esclarecer e que deixam dúvidas dentro do processo, que a gente teve que estudar, que ler, uma série de informações...



Tem algumas questões que eu vou citar aqui, algumas conversas, mas algumas delas foram noticiadas pela mídia, e não sei como elas foram colocadas lá, como é que foram vazadas essas conversas telefônicas. Mas há uma conversa telefônica aqui entre V.Exa. e o Sr. Cachoeira em relação a uma questão, ao uso de cartão de crédito do Sr. Carlinhos Cachoeira — não sei como é o nome dele, mas é assim que é chamado —, e saiu no Globo News. Nós somos uma comissão de ética e aqui é muito uma questão... é mais do que, infelizmente, uma questão legal, é uma questão da nossa imagem. A questão de ética é como a sociedade nos vê, e é assim que o nosso Código de Decoro Parlamentar fala.

Então, V.Exa. teve uma conversa com o Sr. Carlos Cachoeira em que ele dizia o seguinte: *“Se entrar na minha conta pessoal do cartão, ele só pede código de segurança e é o número tal”*. Leréia, V.Exa., teria dito: *“O cartão... Eu vi aqui”*. O Cachoeira disse: *“Exatamente. A senha: a senha do código de segurança é tal”*. Leréia: *“Então tá bom. Aí é bom que pode gastar o seu dinheiro aqui então”*.

Eu faço, em relação a essa colocação, algumas perguntas para V.Exa.

V.Exa. teria como explicar o teor desta conversa, como é que ela nasceu. V.Exa. estava no exterior na ocasião e pegou esse cartão de crédito quando estava conversando com ele?

Outra gravação, no *SBT Brasil*, com o seguinte conteúdo: *“Cachoeira recebe na casa dele compras feitas por Leréia com cartão de crédito do bicheiro”* — divulgado no *SBT Brasil*. Cachoeira: *“Leréia, tá aonde?”* *“Saindo de casa. Vou passar no escritório”*. — dizia V.Exa. *“Daqui a pouco vou para Brasília.”* Cachoeira falou: *“Seu trem tá aqui. Chegou já”*. Cachoeira: *“Chegou aqui em casa. Mandaram direto pra cá”*.

E aí outra pergunta que eu faria então — seriam cinco perguntas nesse caso aqui, porque depois eu vou fazer outros questionamentos: V.Exa. acha normal que amigos troquem senha do cartão de crédito? É uma pergunta. V.Exa. teria como explicar o teor da conversa? E a outra pergunta: não lhe parece contraditório o conteúdo divulgado, com afirmação constante na defesa, no sentido de que a senha do cartão foi utilizada somente para baratear aplicativos da App Store?

Então, são duas conversas: aquela conversa inicialmente do cartão de crédito, se V.Exa. estava no exterior, se acha normal, entre amigos, trocarem senha



do cartão de crédito, se teria como explicar dessas conversas e o contraditório, a questão de ter usado esse cartão de crédito na App Store, conforme está na sua defesa.

Depois, eu teria mais colocações... Mas vamos fazer por partes para não ficar tudo junto.

O SR. DEPUTADO CARLOS ALBERTO LERÉIA - Deputado Ronaldo Benedet, em relação a essa questão do cartão de crédito, quando se trata de amigos, e eu já viajei com um grupo — eu tenho esposa, tenho família — de casais, de dois, três, já viajamos, e quantas vezes eu já passei meu cartão para esposas de amigo meu e também já recebi para fazer aquela reserva de hotel. Se você não coloca aquele... Não é só o número. Eles não aceitam. Mas nesse caso não foi isso. Poderia até ter sido. Não foi isso. O Sr. Carlos Cachoeira é uma pessoa muito antenada com aquele negócio de Internet, essas coisas, muito mais do que eu. E eu comprei... Isso já tem alguns anos, isso aí, hoje já está mais... Em Goiânia, já tem loja da Apple, lá no *shopping*; em Brasília tem e Goiânia já tem também. Mas nessa época não tinha. Eu comprei um iPad nos Estados Unidos. E lá você compra uma conta na Apple... Eu acho que eu comprei uma por 50 ou 100 dólares — não sei —, mas baixando aqueles aplicativos. E eu sei que lá mesmo, nos Estados Unidos, e eu tenho menino pequeno, foi baixando e acabou. Quando eu cheguei aqui, o menino queria mais joguinho, e não conseguia. Eu não sabia disso. Com o meu cartão aqui tinha que ser a conta de lá. Eu não conseguia. Aí eu liguei para o Carlinhos. “*Experimenta com o meu.*” Mas aí tem o número da conta do Sr. Carlos Cachoeira, tem o dia... A coisa mais fácil é levantar isso — eu falei isso com o Relator na Corregedoria —, para ver que eu não comprei nada. Não consegui comprar também. Não consegui baixar com os dele, com esse cartão, esses aplicativos. Eu estava no Brasil. Pode verificar que eu estava no Brasil. Foi para isso. Eu tenho vários cartões de crédito. Pode ver que nesse dia não se comprou nada. Verifique. É a coisa mais fácil. É só pedir o extrato. Isso aí é cartão, o extrato é nacional *etc.*, mas foi para isso. Eu estou lhes falando. Podia contar uma história, que foi para reservar motel, porque é muito habitual isso. Esses tempos mesmo eu viajei para a Europa. Uma esposa... Fui eu, um amigo meu, minha esposa, há uns 3 anos. Eu me lembro que foi a esposa do meu amigo que fez a reserva dos hotéis. Ela me pediu para reservar



o hotel no meu nome. Ela pediu a minha senha. Eu falei: *“Passei o número do cartão”*. Ela falou: *“Não serve. Tem que passar aquele código de segurança, senão não passa”*. Mas tudo bem. Mas nesse caso pode ter certeza que foi isso. Podem mandar, fazer, levantar o cartão de crédito. Eu nunca fiz compra com o cartão de crédito de ninguém, até porque eu tenho os meus cartões de crédito, todos eles declarados no meu Imposto de Renda, anualmente. Eu tenho tudo isso, sem nenhum problema. Mas eu acho que é uma oportunidade boa de esclarecer esse assunto.

O SR. DEPUTADO RONALDO BENEDET - Em relação à questão, ao teor dessa conversa, em relação à questão do “trem”, do “estou saindo de casa, passo no escritório, daqui a pouco vou para Brasília”. Tem: *“O seu trem está aqui. Chegou já”*. E V.Exa. perguntou... O Cachoeira colocou: *“Chegou aqui em casa. Mandaram aqui dentro, direto para cá. Mandaram aqui, direto para cá”*. Pode dizer qual é o teor dessa conversa?

O SR. DEPUTADO CARLOS ALBERTO LERÉIA - Eu confesso que essa daí eu não posso responder ao senhor. Eu tenho de ver toda a gravação, porque aí eles colocam só uma parte — a gravação da Polícia Federal — e eu quero ver os não relevantes, porque pode ter sido alguma encomenda que fiz, porque ele viaja, o Carlos Cachoeira teve uma época que tinha casa em Miami, declarada em Imposto de Renda. Pode ser que eu tenha feito alguma encomenda de alguma coisa, algum *chip*, alguma coisa. Eu lhe confesso que não consigo recordar porque são muitas as conversas, mas eu tenho que ver os não relevantes. Mas, com certeza, pode saber que não é nada proibido, alguma tomada, alguma coisa nesse sentido. Pode ficar tranquilo em relação a isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Quero só dizer ao Dr. Getúlio que eu estava conversando com a Secretária e que só vai usar a palavra nas considerações finais, porque, para as respostas às perguntas, têm de ser direto ao Deputado Leréia pelo Deputado Ronaldo Benedet.

O SR. GETÚLIO HUMBERTO BARBOSA DE SÁ - Perfeitamente, era só um esclarecimento de fatos, se fosse possível sobre essa situação mesmo, não sei se é permitido.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Pode.



O SR. GETÚLIO HUMBERTO BARBOSA DE SÁ - Sr. Relator, nós estivemos na Polícia Federal, 2 semanas atrás, e...

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Sr. Presidente, questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Pois não, Deputado.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Desculpe a intromissão, mas, na verdade, o advogado tem que responder ao Presidente e não ao Relator. Ele não pode se reportar ao Relator. Ele tem de se reportar ao Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - O senhor tem razão. Então, eu vou refazer a pergunta.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - E mais uma coisa. No diálogo entre o Relator e o acusado, eu acho que o advogado só deveria falar no tempo que destinar ao advogado. Não pode ser uma conversa entre três pessoas. É o Relator e o acusado. O advogado entra para falar no tempo que for destinado a ele.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Então, vamos fazer o seguinte: o senhor anota suas colocações e, nas considerações finais, pode fazê-las como uma resposta às perguntas do Relator, está bom?

O SR. GETÚLIO HUMBERTO BARBOSA DE SÁ - Pois não.

O SR. DEPUTADO RONALDO BENEDET - Com relação aos episódios, nós vamos falar sobre vários episódios que estão nos autos do processo: Demissão e troca de delegados que investigavam a organização criminosa de Carlinhos Cachoeira, sobre esse fato que estão nas escutas telefônicas.

Vou apresentar algumas gravações, pelas quais V.Exa., Sr. Carlos Alberto, foi acusado de promover transferência de delegado da Polícia Civil, que pudessem vir a prejudicar os interesses da quadrilha de Cachoeira.

No auto circunstanciado, diálogo entre o Sr. Carlinhos e o Deputado Leréia em 14 de junho de 2011, folha 868, da PDF, Inquérito 3430, um resumo: Carlinhos pergunta se Leréia já ligou para o cara, Secretário de Segurança de Goiás, diz que é Alexandre o nome da Policial Civil do Estado de Goiás. Carlinhos diz que esteve com Stepan Nercessian, Deputado. Auto circunstanciado: diálogo entre o Sr. Carlinhos e o Deputado Leréia em 20 de junho de 2011, 9h, folha 868, da Polícia do Distrito Federal, Inquérito 3430, resumo: Carlinhos cobra de Leréia providências



relacionadas ao Delegado de Polícia de Goiás Alexandre. Lereia. Diz que ele vai ser trocado. Auto circunstanciado: diálogo entre Carlinhos e Aredes, em 20 de junho de 2011. Carlinhos, nesse outro inquérito, fala sobre a queda de Alexandre. Diálogo. *“Aredes: ‘Fala rapaz.’ Carlinhos: ‘Pra mim você tinha viajado. Tudo bem?’ Aredes, responde: ‘Não. Já chegamos. Estou aqui.’ Carlinhos: ‘O cara vai sair fora, viu?’ Aredes: ‘Quem?’ Carlinhos: ‘O rapaz aí, viu? Vai ser trocado. Podemos trabalhar aí.’ Aredes diz: ‘Tranquilo. Você tem informação quente?’ Carlinhos: ‘Mais do que quente. Só entre nós, tá?’ O Jânio falou com o Wladimir na sexta. E hoje o Leréia falou pra mim.”* Quer dizer, duas fontes separadas.

Minhas perguntas, Deputado Leréia: V.Exa. se lembra dessas ligações com o Carlinhos Cachoeira? V.Exa. poderia explicar quem era o policial civil Alexandre? V.Exa. saberia dizer o que esse policial civil fazia e por que sua atuação incomodava tanto o Carlinhos Cachoeira? V.Exa. saberia dizer se esse policial civil foi trocado ou transferido? Não lhe causa estranheza ter o Carlinhos Cachoeira ligado para Aredes Junqueira, logo após ter conversado com V.Exa., para avisar sobre a transferência do Delegado Alexandre? V.Exa. poderia explicar quem era Aredes Junqueira? Ele foi preso na Operação Monte Carlo? V.Exa. chegou a avisar o Carlinhos Cachoeira sobre a troca de outros policiais civis?

Vou terminar esse item. Há ligação telefônica com o seguinte teor: auto circunstanciado de diálogo entre Carlinhos e o Deputado Leréia em 7 de janeiro de 2011, às 17 horas — folhas 990, nesse processo de inquérito da Polícia Federal. Resumo: Leréia avisa sobre a saída às pessoas de Águas Lindas — Delegado Hylo. Diálogo: *“Leréia: ‘Aquela pessoa lá de Águas Lindas está saindo, viu?’ Carlinhos: ‘Estou sabendo. Falamos amanhã’. Leréia: ‘Falamos amanhã’. Carlinhos: ‘Então um abraço, Leréia’. Leréia: ‘Um abraço pra você’”*.

V.Exa. conseguiria contextualizar o teor deste diálogo? Nesse segundo item, seriam as nossas perguntas. Se quiser, eu repito.

O SR. DEPUTADO CARLOS ALBERTO LERÉIA - Ilustre Relator, o Dr. Getúlio me comunicou aqui que o que ele queria falar era o seguinte: que foi pedido à Polícia Federal, que até hoje não conseguiu — mas eles já marcaram a data...

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)



O SR. DEPUTADO CARLOS ALBERTO LERÉIA - Ainda não. Para pegar, nas transcrições, os que estão aí que eles colocam e os não relevantes. A Polícia Federal não repassou ainda. Aí eu terei condições, inclusive, de fazer a resposta daquela outra pergunta que V.Exa. havia feito. Em relação a essa questão, essa gravação que o senhor cita, sobre a conversa do Sr. Carlos Cachoeira com o Aredes, eu não posso responder porque eu não tenho... O Sr. Aredes, por exemplo, foi diretor na Polícia Civil de Goiás, não sei qual a função ele teve lá, Corregedor, mas é uma pessoa que eu nem conheço. Se passar por mim, eu não sei quem é. Agora, o Sr. Hylo Marques...

O SR. DEPUTADO RONALDO BENEDET - O Sr. Aredes era da Polícia de Goiás?

O SR. DEPUTADO CARLOS ALBERTO LERÉIA - Polícia Civil de Goiás. O Sr. Hylo Marques, esse eu conheço. É delegado de polícia de carreira, foi Prefeito da cidade de Campos Verdes, aquela cidade que tem aquela mina de esmeralda que, nos anos 80, saiu na imprensa, o tanto que chamou à atenção em Goiás. Foi um garimpo muito famoso de esmeraldas que teve em Goiás. Ele foi Prefeito lá. Inclusive, em 90, ele me apoiou. Uma pessoa com a qual eu tenho amizade, o Sr. Hylo Marques. E o Sr. Carlos Cachoeira é um sujeito amigo de meio mundo e gosta de saber de todos os assuntos. Isso aí não é novidade. Quem acompanhou as gravações deve ter visto como é que o Carlinhos é metido em todas as áreas. Em Goiás, trabalha nas atividades A, B e C. É loteamento, é medicamento, enfim, é um sujeito antenado, amigo de meio mundo. Lembro-me uma vez, ele preocupado — porque o Hylo é de Anápolis, terra dele —, conversou comigo se o Hylo estava deixando a delegacia lá. Até porque — o senhor já foi Secretário de Segurança Pública — eu comecei a trabalhar no Governo de Goiás em 1987. Naquela época, tinha o tal delegado calça curta. Nomeava-se uma pessoa do povo para ser delegado da cidade. Isso, em Goiás, já tem muitos anos. Acho que no Brasil inteiro... Delegado, inclusive, o da minha cidade eu não sei quem é. Se passar por mim, eu não sei quem é > Da cidade que eu voto, que eu tenho propriedade rural, tenho empresa de comunicação, eu não sei quem é. Na cidade que eu voto, que eu tenho propriedade rural, tenho empresa de comunicação, eu não sei quem é. Então, em Goiás, por exemplo, essa troca de delegado — isso foi agora recente —, isso aí já é



feito, tem um cronograma dentro da própria Secretária de Segurança Pública, não tem ação mais política. Antigamente trocava chefe do comando da Companhia de Polícia. Isso já foi do Governo inclusive do PMDB, do Governo de 1995 para cá, que foi do Sr. Maguito Vilela, depois o Marconi ganhou em 1998, isso já não ocorre mais. Mesmo que tenha havido um pedido, o senhor pode ter certeza de que, como eu disse, pedidos ocorrem demais, as pessoas pedem. Outro dia mesmo me ligou um cidadão e falou: *“Minha filha vai fazer o concurso da SANEAGO”*. A pessoa me ligou da cidade do interior de Goiás. *“E eu queria que você ajudasse.”* Eu falei: *“Olha, meu amigo, esse negócio de ajudar, a única coisa que pode ajudar é, se ela passar no concurso, depois, para a gente trabalhar para ser chamada. É só isso”*. A pessoa já me deu uma bronca no telefone: *“Ah, mas a gente vota em vocês, e vocês não fazem nada”*. Desse jeitinho. Esse concurso, por sinal, foi até cancelado. Não adiantou nem o pedido e nem ela fazer. Foi cancelado agora pelo Ministério Público. Isso também vai criando uma desmoralização, porque a pessoa fala: *“Está vendo, o Deputado fala que não tem rolo, mas teve, porque foi até cancelado”*. Então, essa questão, mesmo que tenha tido o pedido, o senhor pode ter certeza de que não tem como ser atendido, porque é como o sujeito me pedir para arrumar passaporte aqui, como Deputado. Se o senhor pedir para fazer o visto da sua família e do senhor mesmo, quando vencer, vai ter que passar pela 2ª Secretaria, tem que ir lá na embaixada, passar o dedo. Não tem jeito. Agora, pedido, as pessoas pedem as coisas mais absurdas. Outro dia um me pediu para baixar o juro, porque ele tem um financiamento do Fundo do Centro-Oeste. No telefone, lá da minha cidade, me ligou: *“Deputado, estou devendo ao Banco do Brasil...”* Operador do Fundo do Centro-Oeste é o Banco do Brasil. Eu devo lá. Se eu tivesse jeito... Antigamente, eu acho que Deputado tinha — eu não peguei essa época lamentável — juro mais barato do que o resto do povo. Isso não existe desde que eu sou político. Nunca vi. A pessoa pede a você. Então, tem muitos pedidos que fazem para a gente, no telefone... Nossa Senhora, se todos fossem mostrar aí, iam falar: *“Ele deve estar metido em tanto rolo!”* Nego já vendeu propriedade para o INCRA — e eu, Deputado de Oposição — e já me pediu: *“Olha, me ajuda a receber dinheiro do INCRA, lá.”* Quantas vezes, quando eu atendo. Eu não tenho triagem, atendo telefone de todo mundo. Até de orelhão, quando me ligam, às vezes eu não posso atender, retorno



depois. Pode até ter havido, mas o senhor pode ter certeza de que numa gestão... Até porque, se fizesse, não teria correspondência, porque lá em Goiás já há muito tempo não se faz troca de delegado por pedido político.

O SR. DEPUTADO RONALDO BENEDET - Muito bem.

O terceiro ponto: entrega de valores pela quadrilha de Carlos Cachoeira para o Deputado, segundo o que consta nos autos, durante o ano de 2011.

Deputado Leréia, há gravações que indicam o recebimento por V.Exa. de pelo menos 85 mil reais de Carlinhos Cachoeira, entre março e agosto de 2011, nos teores que nós vamos falar aqui e estão no inquérito.

“Auto circunstanciado. Diálogo entre o Sr. Carlinhos e Geovani, em 24/03/2011, folhas 435, no Inquérito 3430.

Resumo: Carlinhos pede para Geovani mandar os 25 de Leréia, Deputado Federal. Diálogo. Geovani: “Alô.” Carlinhos: “Fala.” “Geo, os 25 de Leréia, você lembra, né?” Geovani: “Mandar amanhã?” Carlinhos: “Se você tiver, de manhã.” Geovani: “Eu vou arrumar, né?” Carlinhos: “Exatamente.” Geovani: “Olá.” Carlinhos: “Vê se consegue mandar mais cedo, vê se consegue mais cedo aí.” Geovani: “Valeu.”

Auto circunstanciado. Diálogo entre Sr. Carlinhos e Geovani, em 28/04/2011. Folhas 664, 665.

Resumo: Geovani diz que já arrumou aqueles 15 mil. Carlinhos diz que é 5 dele e 10 de Marco. Carlinhos também precisa dos 20 de Leréia.”

“Diálogo: Carlinhos fala: “Aqueles 15, você lembra? E os 20 do Leréia? Trinta e cinco você tem hoje?” Geovani: “Não. Os 15 já, né, já tinha reservado, agora os outros amanhã, né?” Carlinhos: “É 10 de Marco e 5 meu. Traz aqui no meu ‘ininteligível’.” Geovani diz — a pessoa que está dialogando lá —: “Estou subindo com o Marco aí.” Carlinhos: “Está bom, então. Pega esses 20 logo aí.” “Uai, com o Marco? Amanhã você dá para ele.” Geovani disse: “Mas nós já estamos subindo aqui a JK.” Carlinhos fala: “Eu sei. Manda trazer, uai.” Geovani diz: “Vou falar para ele.”

“Auto circunstanciado, diálogo entre Carlinhos e Geovani, em 1º de julho de 2011, às 19h49min, folhas 1.319, do Inquérito 3430.



Carlinhos: “Tendo o Leréia 20, você podia trazer. Tá vindo para a festa, né? Geovani diz: “Vou ver. Se isso aí não for, eu mando o Deca levar.” Carlinhos: “Não vai vir.” “Não vai vir?” Geovani: “Então eu vou, né?” Carlinhos: “Você quer arrumar confusão comigo?”

Faria algumas perguntas aqui em relação a essas três escutas que foram transcritas. V.Exa. poderia explicar os motivos pelos quais Carlinhos entregou esses valores ao senhor? Foi um empréstimo? Como ele foi feito? Houve um contrato escrito?

Deputado Leréia, segue gravação ocorrida no dia 1º de agosto de 2011, na qual Carlinhos Cachoeira pede para Geovani mandar mais 20 mil para V.Exa. Eis o teor: *“Auto circunstanciado, diálogo entre Carlinhos e Geovani, em 1º de agosto de 2011, às 11h38min, folhas 1.319, Inquérito 3430.*

Resumo: Carlinhos pede a Geovani mandar o “trem”, dinheiro do Deputado Federal Leréia.

Diálogo: Geovani: “Oi.” Carlinhos diz: “É o trem do Leréia? Você podia mandar para mim? Eu estou aqui no Adriano.” Geovani responde: “Uai, então deixa eu... Eu tô fazendo aqueles depósitos aqui. Você ainda vai demorar um pouquinho?”

Carlinhos disse: “Em Jundiaí, tá ?” Geovani disse: “Tá. Então, tá. Que eu tô aqui no banco. Só fazer os depósitos...”

“Auto circunstanciado, diálogo entre Carlinhos e Geovani, em 1º de agosto de 2011, às 11h59min, folhas 1.319, Inquérito 3430. Resumo: Geovani disse que vai mandar os 20 mil para Leréia, por Gleib.”

“Auto circunstanciado de diálogo entre Carlinhos e o Deputado Lereia, em 1º de agosto de 2011, às 12h56min, folhas 1.319, Inquérito 3430. Resumo: marcam de almoçar no Piquiras.” Deve ser um restaurante.

“Auto circunstanciado de diálogo entre Carlinhos e Gleib, em 1º de agosto de 2011, às 14h34min, folhas 1.319, Inquérito 3430. Resumo: Carlinhos disse que era para Gleib colocar os 20 em um saco ou um jornal. Gleib disse que está dentro de um envelope quadrado. Carlinhos disse que está bom e pede para Gleib entregar do lado de fora do Piquiras, onde está almoçando com Leréia.”



Pergunta: V.Exa. poderia dizer por que esses valores tão elevados não transitaram por uma conta corrente? V.Exa. não tinha medo de assalto ou da violência urbana?

Mais uma vez, Deputado Leréia, ainda em 2011, há um rol de ligações da qual se extrai que V.Exa. pediu a Carlinhos Cachoeira 200 mil emprestado. Eis o teor: *“Auto circunstanciado de diálogo entre Carlinhos e Deputado Leréia, em 9 de agosto de 2011, às 11h57min, folhas 1.368, Inquérito 3430. Resumo: Leréia pergunta se Carlinhos conseguiu dinheiro para emprestar para ele, para poder fechar um negócio. Diálogo: Carlinhos fala a Leréia. Leréia responde: “Preciso falar contigo. Você não aparece.” Carlinhos: “Estou aqui. Estou indo lá no EDCELL. Vamos lá?” Leréia: “Estou indo para Brasília. Você está onde agora?” Carlinhos responde: “Estou caminhando lá para o EDCELL.” Leréia: “Estou aqui falando com aquele sócio novo que você me arrumou. Foi ali no banheiro. Estou aqui na sala dele. Dr. Wilder.” Carlinhos: “Eu vou lá. A hora que eu voltar eu te ligo.” Leréia: “Eu tenho que ir para Brasília. Deixa eu te falar: aquele assunto que eu te falei você vai dar conta de me arrumar aquilo lá, fazer aquele empréstimo lá?” Carlinhos responde: “O problema é que eu estou olhando ainda, Leréia. Estou num aperto desgraçado.” Leréia diz: “Eu tenho que fechar com o menino lá.” Carlinhos diz: “Podia dividir esse “trem” aí? Vamos falar. Estou num aperto.” Leréia diz: “Para mim é importantíssimo fechar aquele negócio. Lá na quinta-feira eu te ligo.”* Continua ainda o auto circunstanciado entre Carlinhos e Deputado Leréia, em 23 de agosto de 2011, folhas 1.455, no Inquérito 3430.

Eu vou fazer essas perguntas para a gente fechar esse item. São vários. O senhor está acompanhando?

O SR. DEPUTADO CARLOS ALBERTO LERÉIA - Sim, exatamente.

O SR. DEPUTADO RONALDO BENEDET - Quer responder ou quer que eu continue para fechar esse assunto?

O SR. DEPUTADO CARLOS ALBERTO LERÉIA - Sim, posso responder, sem problema.

O SR. DEPUTADO RONALDO BENEDET - Pode responder?

O SR. DEPUTADO CARLOS ALBERTO LERÉIA - Posso responder. Ilustre Relator, Deputado Benedet, Srs. Deputados, Sr. Presidente, esta é uma



oportunidade boa para poder esclarecer um assunto. Eu tive uma ação contra mim que até hoje está... o meu recurso está bloqueado... que foi proposta pelo ex-Governador de Goiás, o Sr. Alcides Rodrigues, e o Sr. Jocelino Braga, que foi Secretário de Fazenda, numa entrevista que dei. Porque ele foi o Governador que nós elegemos em 2006, depois traiu o nosso grupo político. E dei uma entrevista na CBN, em Goiânia, e chamei ele de traidor, mau caráter, ele montou uma ação contra mim. Essa ação... Um juiz lá em Goiânia mandou bloquear o meu recurso que estava no banco, os recursos que estavam no banco. Eu tenho conta no Banco do Brasil, na Caixa, no Itaú e no Bradesco. Nos outros não tinha dinheiro, mas no Bradesco eu tinha 160, 170 mil, não lembro exato, do empréstimo rural que fiz — isso é fácil de pegar os dados — para pagar o quê? Desmatamento, formação de pasto. E esse dinheiro até hoje está bloqueado. Já ganhei, por decisão do Supremo, até hoje está lá. Se vocês souberem da dificuldade para reaver esses recursos, até hoje eu não consegui. Essa ação já tem há alguns anos. Eu ganhei... Eu sou Deputado Federal, eu tenho direito. Numa entrevista que dei, e o dinheiro empréstimo rural que fiz... Todos sabem que empréstimo rural... O Bradesco como o Banco do Brasil também têm verba para atividade rural, e eu fiz para fazer essa melhoria na minha propriedade. E com isso o meu dinheiro ficou apreendido. A quem que eu vou buscar? Porque aqui eu já tenho uma dívida do Banco do Brasil, Caixa não tinha como fazer, Itaú também não. Pedi a algum amigo que tinha algum recurso. Ai fui no Carlinhos, contei o caso para o Carlinhos. *“Isso aí deve liberar com 3, 4 meses.”* Dessa maneira. Ele falou: *“Não, eu te empresto.”* Eu falei: *“Eu vou ter que estar pagando aí por mês essas coisas, porque tem desmatamento, é trator, é combustível, posto.”* E ele me emprestou não foi 80, foram 120 mil reais. E nessa atividade nossa, todos sabem como é que é, eu tenho lá vizinhos. A pessoa que tem propriedade rural tem vizinho. E, de repente, um vizinho quis vender um pedaço da propriedade dele. Para mim, o negócio confronta, é importante comprar. Apareceu o negócio. Eu fui no Sr. Carlos Cachoeira — também —: *“Carlinhos, me ajuda a arrumar um dinheiro aí com juro baixo pra ver se eu dou conta de comprar lá, porque pra mim é muito importante.”* Você vai vender um automóvel, vender gado, nem sempre o valor naquele momento está... é bom naquele momento. E ele, inclusive, no diálogo aí, ele liga para o Sr. Michel, em Anápolis, o senhor pode ver que ele fala:



“Ó, mas cobra o juro.” Arrumou para mim com o Sr. Michel para ir dar lá em Anápolis. Esse pessoal... Toda a cidade tem aquelas pessoas que emprestam um dinheirinho, cobram ali um juro, e arrumou para mim emprestado em Anápolis. Esse outro ele me emprestou e o outro foi para isso. Então, eu fico muito tranquilo, é a oportunidade de poder explicar. Isso é coisa que só acontece entre amigos. Não tem... Quando a pessoa vai ter arrumar um recurso dessa maneira, e pessoa também tem dinheiro, eu tenho muitos amigos, mas não são todos que têm dinheiro, e o Carlinhos é uma pessoa para mim suspeita, até então, por quê? Dono de laboratório, dono de loteamento, laboratório que vale milhões de reais. Por que que tem negócio de 20, 25 mil, 30 mil, 100 mil reais?

Para nós é muito dinheiro, mas para as pessoas ricas não é muito dinheiro, todos sabem disso. E ele sabe que eu sou de palavra, que eu pago. Tanto é que depois eu fiz um empréstimo na Caixa Econômica Federal, eu tirei 600 mil, paguei a ele, e ele pediu para mim: “*Não deposita.*” Porque ele está com problema de bloqueio. Paguei a ele, já tenho o recibo dele, e paguei o Sr. Michel. Hoje eu devo à Caixa Econômica Federal o empréstimo que fiz de 600 mil reais. Paguei os dois, tenho recibo dos dois, isso aí tá tudo pago, fico muito tranquilo. Agora, é aquela história: numa relação dessas de amizade, se for grampear o que nós falamos com os nossos familiares, com esposa, com filho, filho xinga a gente, a gente às vezes esculhamba o filho porque está teimoso, poxa, o mundo acaba. Então, vocês imaginam o que que é isso aí. Agora, aí tem, por exemplo, essa conversa do Wilder. Vocês sabem o que que é essa conversa. É até constrangedor, mas como está aqui, o Relator citou, eu vou dizer... que eu ligo... o Wilder é o Senador da República, é o Wilder Moraes. Quando eu ligo e digo: “*Seu novo sócio.*” Vocês sabem o que eu estava fazendo? Era até uma brincadeira, porque ele já tinha... O Wilder já estava separado e o Carlinhos já estava com a Andressa, que é a atual mulher dele, quando eu digo: “*novo sócio*”, mas parecendo uma conversa de negócio. O Wilder é um Senador da República, do Democratas, que assumiu o lugar do Demóstenes, e o Carlinhos casou com a ex-mulher dele. Eu estava dizendo isso. Mas aí, quem não conhece a história, fala: “*Estou aqui, seu novo sócio. Que sócio é esse?*” Mas uma brincadeira. Não foi nesse sentido. Para vocês verem como é que é esse negócio de gravação. Eu não queria nem falar esse assunto, mas como o senhor citou, já para



não ter dúvida, eu já estou esclarecendo também essa passagem. E fico à disposição para qualquer outro questionamento.

O SR. DEPUTADO RONALDO BENEDET - O senhor já adiantou o diálogo entre você e o Carlinhos, dizendo o seguinte:

Resumo. Carlinhos e o Michel falam sobre o dinheiro que vão emprestar para Leréia, para você. O diálogo:

“Michel: “Oi”. Carlinhos: “Michel, vou estar com o Leréia daqui a pouco. Você mantém aqueles 3%?” Três por cento então devem ser o juro. “Michel: “O.k. Pode ficar tranquilo.” Carlinhos: “Eu vou falar que você emprestou, mas não é para falar para os outros aí, para ele, porque depois fica sabendo que eu organizei com você não, viu? O Tiago não sei o quê, não sei o quê, não faz isso comigo não.” Michel disse o seguinte: “Você sabe alguma coisa do passado aí, de uma que fez agora por último, sabe alguma coisa que alguém comentou com você? Outra coisa, você sabe mais alguma coisa minha, conversa minha com você de algum acordo, você sabe? Depois, se você quiser que eu desconte pra você também no final do mês eu dou um jeitinho de descontar, tá? Carlinhos: “Esse é bom, o Leréia. Então, empresta pra ele direito.” Michel diz: “Não, agora eu não tenho, eu vou ter igual o que eu fiz o seu, entendeu, dentro de uns 10, 15 dias ainda.” Carlinhos: “Então vou empresar pra ele agora e você pega o cheque dele depois, tá bom? Combinado.” Michel diz: “Combinado. E fica do jeito que eu falei: a hora que eu completar junto com ele, começa a contar o “trem”, entendeu?” Carlinhos fala: “Então, fechado. Então, um abraço.” Michel: “Então, tá bom.”

No auto circunstanciado entre Geovani e Michel, em 31 de janeiro de 2012, folhas 1817, no Inquérito 3430, diz um: *“Duzentos e seis mil.” Leréia: “É o assunto.”* O diálogo:



*“Geovani fala: “Oi.” Michel: “Geovani, bom dia. Tá bom?”
Geovani fala: “Bom”. Michel: “Eu vi com o Carlinhos o
negócio dos 206 mil. Disse que é para prorrogar mais
uma semana, um mês. Então, põe 6 mil. Você traz pra
mim o cheque do Leréia. Ele que mandou falar pra você
que é pra você me dar 6 mil” Geovani fala: “Eu vou
encontrar com ele agora. Eu confirmo com ele, tá?”
MICHEL: Então, ok. Aí você põe na conta ou traz pra
mim, Tá! GEOVANI: Falou. MICHEL: o Geovani, deixa eu
falar outra coisa. GEOVANI: pode falar. MICHEL: tem
aquele cheque de 10 mil pra depositar hoje. Daqueles que
já voltou e você me pagou. Você quer pagar e depositar
ou é bobagem? Ou eu deposito se voltar eu te falo?
GEOVANI: qual? MICHEL: É duma mulher lá de Brasília.
Sei lá quem é que é. GEOVANI: deposita aí, se voltar
nós...” Deixou sem nenhuma palavra. “MICHEL: Então tá
combinado. Falou.”*

Eu pergunto: na defesa apresentada, V.Exa. alegou que precisou do empréstimo porque a Justiça bloqueou 53 mil reais de uma conta corrente de V.Exa. V.Exa. confirma?

No diálogo travado entre V.Exa. e Carlinhos Cachoeira, contudo, V.Exa. diz que precisava do dinheiro porque era importantíssimo fechar aquele negócio. V.Exa. poderia explicar de que negócio se tratava? Já falou.

Deputado Leréia, na defesa apresentada, V.Exa. diz que os empréstimos foram regulares e estão declarados no Imposto de Renda. Gostaria, agora, de buscar esclarecer algumas dúvidas que tive ao examinar as declarações por V.Exa. apresentadas.

Na Declaração de Rendimentos do Ano Calendário 2012-2013 há registro da aquisição da Fazenda J. Campos Tarumã, havendo informação de que para tanto foi formalizada uma dívida junto ao Banco do Brasil de Minaçu, no valor de R\$779.474,12, que começaria a ser paga a partir do próprio ano de 2012. No entanto, na parte da declaração relativa ao demonstrativo de dívidas e ônus reais,



consta que esta dívida foi integralmente paga no próprio ano de 2012. V.Exa. poderia esclarecer se esta dívida foi ou não quitada no próprio ano de 2012?

Então, mais uma etapa de perguntas encerramos aqui em relação a esse dinheiro emprestado, esse dinheiro do Carlinhos Cachoeira.

V.Exa. poderia esclarecer mais alguma coisa nessas perguntas?

O SR. DEPUTADO CARLOS ALBERTO LERÉIA - Ilustre Deputado, esta é uma oportunidade boa também para esclarecer esse ponto. A parte que eu tinha que pagar ao pessoal da J. Campos, que era o que dividia comigo, os 200 mil que pegou junto ao Michel foi para pagar. E assumi a dívida, e dei um lote no negócio, no Condomínio Granville, lá em Goiânia, aliás, Alphaville. E a parte que foi assumida, que é o FCO que se faz, assumimos a dívida em nome da Sra. Carolina e do Sr. Joaquim, o pai e a filha. Só que, nesse meio tempo, o que que acontece? Você sabe perfeitamente que você ter propriedade e dívida no nome de terceiros sempre é um risco. O que que nós fizemos? Eu e meu irmão... Usei o nome... Eu tirei no meu nome 500 mil do Banco do Brasil, Agência Minaçu, e meu irmão tirou 200 ou 300 mil, paguei a dívida. Nós já pagamos a dívida, porque você ficar 8 anos com um patrimônio no nome de terceiros e você pagando... Amanhã tem um problema de falecimento, de separação, essa coisa toda. Alguém me orientou, até foi meu irmão: *"Ó, isso aí não é uma boa, dá um jeito de pagar"*. Fomos à agência, como tem a garantia, já quitamos a dívida. E agora estou atrás de fazer um outro FCO para poder fazer esse ajustamento, porque você... O Renato teve a compreensão de vender a terra e confiar a dívida, mas para a gente sempre é um complicador você assumir uma dívida, porque o FCO se paga anual, aqueles empréstimos rurais você paga anual, você vai pagando, tem um abatimento, durante 8 anos você paga, só que você não pode transferir a... Você nem pode fazer a transferência da dívida nem da propriedade. Isso aí é uma burocracia, demora 3 anos. Se nesse meio tempo alguém separa, alguém morre, cria um problema, vai para espólio, etc. e tal. Foi nesse encaminhamento que nós procuramos quitar a dívida, mas, inclusive, a dívida continua no banco, porque nós fizemos empréstimo no banco.

O SR. DEPUTADO RONALDO BENEDET - Esses bloqueios judiciais na sua conta foram em que ano, quando é que ocorreram? V.Exa. disse que teve um bloqueio judicial.



O SR. DEPUTADO CARLOS ALBERTO LERÉIA - O bloqueio ocorreu em 2011.

O SR. DEPUTADO RONALDO BENEDET - O bloqueio judicial da conta no final de abril. As gravações telefônicas começaram em 2011 também. É isso?

O SR. DEPUTADO CARLOS ALBERTO LERÉIA - Exatamente. O bloqueio que foi feito, até hoje ele persiste. Eu não consegui, mesmo já tendo decisão do Supremo Tribunal Federal de que eu poderia dar entrevista, eu sou Parlamentar, eu tenho direito a dar opinião, mas até hoje não consegui desbloquear o dinheiro. Hoje deve estar, porque isso aí é corrigido, beirando os 200 mil reais. Inclusive, a hora que sair o dinheiro, eu quero pagar parte da dívida que fiz junto à Caixa Econômica Federal.

O SR. DEPUTADO RONALDO BENEDET - Vamos para um outro tema que está dentro dos autos, nas acusações contra V.Exa., que é em relação a aviso a Carlinhos Cachoeira sobre a iminência de operação policial.

Deputado, eis o teor da gravação em razão da qual V.Exa. está sendo acusado de ter avisado Carlinhos Cachoeira sobre a iminência de operação policial.

“Auto Circunstanciado - Diálogo entre Carlinhos Cachoeira e Deputado Lereia, em 15/08/2011, 18:26 (Fl. 1408 - PDF/Inq. 3430). LEREIA fala de informações que obteve sobre operação policial. Diálogo. CARLINHOS: Fala. LEREIA: Oh... eu conversei com o rapaz... eu ouvi um zunzunzum, sabe de um pessoa aí dessas, que participam dessa operação aí... que é amigo dele, e tal alertou. Entendeu, então já é a segunda pessoa com a mesma coisa, então tem um fundo de verdade mesmo. CARLINHOS: É, mas são diferente? LEREIA: é, mas é gente do mesmo..., da mesma origem, entendeu... ele conhece bem esse pessoal aí, inclusive ele ajuda esse povo aí que foi detido naquela operação. Uma dessas pessoas... é que alertou ele. CARLINHOS: ah... pode deixar. LEREIA: então tá. CARLINHOS: vou falar com a pessoa certa e te falo, abraço.”



Eu faço a pergunta a V.Exa.: poderia esclarecer esta conversa? Quem era Jocelino Braga? E a intermediação de interesses... Perdão, é outro assunto. Quem era Jocelino Braga? É a pergunta desse assunto em relação à informação policial.

O SR. DEPUTADO CARLOS ALBERTO LERÉIA - Ilustre Deputado Benedit, esta é uma oportunidade boa de esclarecer esse assunto, que foi inclusive noticiado pela imprensa nacional. Eu estava em um aniversário — está fazendo exatamente 1 ano —, do Sr. Luiz Alberto Bambu, que é empresário e é inclusive Secretário de Estado em Goiás. E até me convidou agora para o seu próximo aniversário, que acontecerá sábado. Então, está fazendo exatamente 1 ano nesse período. Vai fazer na cidade de Três Ranchos, na divisa de Minas Gerais. Ele me convidou para o seu aniversário num salão de festas em Goiânia. Chegando à festa, várias mesas; aí sentado lá me chama o Sr. Marcos Martins, que os senhores, às vezes, até conheçam, é um delegado que foi chefe do Grupo Antissequestro, foi Diretor da Polícia Civil em Goiás, foi Secretário de Segurança Pública. Nessas reuniões, às vezes, sempre tem aqueles encontros. E é uma pessoa muito conhecida em Goiás. Hoje ele assumiu o cargo de Deputado Estadual. O Sr. Marcos Martins — eu já falei isso aqui, quero repetir — me chama num canto, junto com outras pessoas, de que eu posso dar o nome, se preciso for, eu não estava só: *“Olha, eu queria lhe avisar: o Sr. Jocelino Braga”* — que tinha sido Secretário de Fazenda do Governo anterior, um desses que tem essa ação — *“encomendou você para morrer”*. Claro, você recebe uma notícia dessas... Todos sabiam que em Goiás havia tido uma operação da Polícia Federal que prendeu os matadores dentro da Polícia, e ele, depois... Ele teve que depor nessa operação, o Sr. Jocelino Braga. Bom, essa coisa (*ininteligível*), eu disse aqui, você vir à tribuna da Câmara Federal dizer *“Olha, eu estou correndo risco de morte, sem ter certeza 100%”*, é uma coisa... De repente, você vai trazer um problema lá de Goiás aqui. Fica uma coisa: *“Ó, esse cara...”* Fica um negócio meio politizado. Eu falei: *“Ó, vou pegar uma informação”*. O Sr. Carlos Cachoeira é amigo de policial federal, juiz; ele é amigo de meio mundo — polícia civil, militar —; esse é amigo de meio mundo de polícia. Ele é amigo mesmo, de frequentar junto; eu o vi várias vezes com delegado em restaurante, em evento de festa. Então, é um cara que tem amizade nesse meio. Foi uma das pessoas, e conversei com um outro amigo meu, que se chama Maruã. Eu falei: *“Olha, vê esse negócio”*. E falei com o



Sr. Carlos: *“Vê pra mim se tem um fundo de verdade isso aí”*. Porque ele é ligado nesse meio. E sempre, quando tem um crime de encomenda, sempre tem ex-policia! pelo meio. Isso aí é no Brasil inteiro. Em Goiás, não é diferente. Falei: *“Vê se tem um fundo de verdade isso aí”*. Lá na frente tem gravações do Sr. Carlos Cachoeira com outras pessoas. Eu tive acesso a essas gravações, e o advogado também. Aí fica esclarecido que era esse assunto. E aí eu ligo ou ele me liga: *“Ó, que não tinha, que não era...”* Então, é esse o assunto. Agora, isso também é fácil, porque, se tiver dúvida, é só descobrir se nesse período houve alguma operação policial da Polícia Federal, porque toda operação policial que seja da Polícia Civil ou Militar de Goiás, ou de Santa Catarina, ou qualquer outra, fica registrada — e da Polícia Federal. Agora, vocês imaginem: eu estava, pelo menos naquele momento, correndo risco de vida. E aí saiu dessa maneira. Então, foi uma oportunidade boa também de esclarecer. Agora, na dúvida, não tem nenhum problema: é só se dirigir a... *“Teve alguma operação 2 meses antes a isso, ou 2 meses depois, da Polícia Federal em Goiás, ou da Polícia Civil de Goiás, ou Polícia Militar?”* Porque, se tem uma pessoa a que jamais Polícia Federal daria alguma informação de operação, era eu. Sou Deputado de oposição aqui nesta Casa. Assumi aqui em 2003. O Lula ganhou a eleição. E estou no mesmo partido até hoje, votando na Oposição. Então, que acesso teria eu junto à Polícia? Mas, de qualquer maneira, a notícia foi essa. O senhor está correto em fazer a pergunta, porque assim é que foi relatado. Agora, os próprios membros da Polícia Federal já sabiam que não tinha essa questão. Então, de qualquer maneira, é uma oportunidade boa para que eu possa esclarecer também uma pergunta como essa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Deputado José Carlos Araújo, eu queria pedir a V.Exa., que é o Vice-Presidente, que assumisse por um minutinho a Mesa.

O SR. DEPUTADO RONALDO BENEDET - Posso continuar? *(Pausa.)*

O quinto assunto, que está dentro das acusações contra V.Exa., Deputado Carlos Alberto Leréia, é a intermediação de interesses da Delta.

Deputado, há diversas gravações que revelam ter V.Exa. se encontrado com Carlinhos Cachoeira na sede da empresa Delta, em Goiânia. V.Exa. poderia dizer por que os encontros ocorriam naquele local?



V.Exa. tinha negócios com o Sr. Cláudio Abreu ou com a Delta?

Deputado, há diálogo gravado com o seguinte resumo: “*CARLINHOS diz que o ZÉ ANTÔNIO está dando problema de novo. Pede para LEREIA ligar para ele*”.

Peço a V.Exa. que esclareça o que é isso. V.Exa. poderia explicar quem era Zé Antônio? Isso está lá no Inquérito 3430, fls. 870, dia 15/06/2011.

O assunto é o seguinte:

“CLÁUDIO reclama que LEREIA está batendo na CCL (ou CCE), que reflete na DELTA. Possivelmente fraude à licitação. CARLINHOS fala que vai falar para LEREIA calar a boca.

Auto Circunstanciado - Diálogo entre o senhor Carlinhos e Deputado Lereia em 15/06/2011, 13:21 (Fl. 870 - PDF/Inq. 3430)

CARLINHOS pede para pegar um cheque com STEPAN de 160 e reclama a respeito da CCE, relacionado à Delta. Possível compromisso de Fraude à licitação.

Auto Circunstanciado - Diálogo entre o senhor Carlinhos e Deputado Lereia, em 16/06/2011, 12:50 (Fl. 922 - PDF/Inq. 3430)

RESUMO

CARLINHOS diz que LEREIA tem que olhar aquele ‘trem’ porque o Cláudio o ajudou também”.

V.Exa. poderia explicar qual era a ajuda a que Carlinhos Cachoeira estava se referindo?

Deputado Leréia, no dia seguinte à gravação anteriormente mencionada, na qual Carlinhos Cachoeira faz reclamação a V.Exa., há telefonema gravado com o seguinte teor: “*CARLINHOS diz que está esperando LEREIA na DELTA*”.

V.Exa. poderia esclarecer por que encontrou Carlinhos Cachoeira na Delta na manhã seguinte à reclamação?

Esse é o quinto item. Não sei se V.Exa. entendeu. Se precisar, repito alguma pergunta.

O SR. DEPUTADO CARLOS ALBERTO LERÉIA - É uma boa oportunidade também para esclarecer um ponto como esse. O Sr. Carlos Cachoeira morava na Avenida 136, no Edifício Excalibur — ele tinha um apartamento muito grande —, e



tinha lá tipo um escritório. E sempre eu falava com ele lá, ou em restaurante, nunca clandestinamente: aqui em Brasília, no Porcão já almoçamos; almoçamos lá no restaurante do Hotel Meliá; em Goiânia, no Piquiras — aonde é mais conhecido —, no Panela Mágica; ou então na casa dele. Então, nunca tive reunião escondida com o Sr. Carlos Cachoeira, nunca tive esse problema. Meu amigo. E depois que ele separou da esposa, ele passou a atender lá no escritório da Delta. Eu lhe confesso que não achei estranho, porque ele sempre foi metido com esse negócio de empresa também de limpeza, de construção. Eu lembro que ele tinha inclusive uma empresa que fazia uma atividade... Teve lá em Anápolis, em Caldas Novas. Também era uma das atividades com que ele mexia. Eu não achei estranho. Um dia eu perguntei a ele: “*Carlinhos, você é sócio da Delta?*” Ele não quis me responder. Também não insisti, porque é deselegante você se dirigir a uma pessoa e perguntar sobre uma atividade empresarial, a pessoa não queira lhe falar. Eu não insisti. Então, sempre falava lá. Mas um dia a empresa Delta fez, junto com a Prefeitura de Goiânia, uma obra: chama o viaduto da T-63 com a Avenida 85, da administração do Sr. Íris Rezende, que foi Governador, foi Ministro, e que inclusive é adversário político nosso. Ele fez uma obra, e a Delta é que foi a construtora. Esse viaduto ele inaugurou 2 meses depois. Eles fazem o viaduto de concreto e depois põem umas placas. Parece um negócio metálico. Isso, 3 meses, 4 meses depois, começou a... Um dia eu passei lá, é caminho que eu ia para a minha casa, pois eu morava no Granville. Eu vi que tinham caído lá algumas placas dessas. Poxa, eu fiz crítica na imprensa de Goiás. Falei: “*Pô, esse viaduto...*” O Íris já estava se preparando para ser candidato a Governador, adversário nosso, e o viaduto era um dos carros chefe da sua campanha, já naquele momento: inauguração, toda aquela coisa — o que é normal em política, nada anormal não, tudo dentro da normalidade. E eu fiz uma crítica. Eu falei: “*Essa obra está...*” E aí tem uma ligação do Cláudio que reclama que eu estou batendo em Delta, para falar comigo. Carlinhos nunca falou isso comigo, nunca me pediu. Nunca me pediu até porque sabe que a minha conduta como Deputado... Eu, se tem uma coisa que eu não sou, eu diria, é de receber orientação das palavras que coloco. Eu nunca aceitei isso com ninguém. E, se falasse também, jamais iria fazer. E continuei fazendo crítica à Delta, até porque a Delta chegou a Goiás — como ela chegou ao Brasil inteiro —, e tomando as obras das empresas do



Estado. Sempre tive bronca em relação à maneira como eles faziam. Da atividade empresarial, das empresas ali constituídas, eu sempre fui contra aquela maneira como eles chegaram ao Estado, atropelando a todos, não só na atividade de obra, mas também de prestação de serviço. Teve uma época que ela tinha... Era nas Prefeituras das principais cidades, dentro do Estado. Isso foi pelo Brasil afora. E achei muito estranho. E Delta, sempre tinha um comentário sobre Delta. Eu, aqui no Parlamento... *“Não, essa Delta é de fulano de tal, da igreja tal. Essa Delta é lavagem de dinheiro não sei de quem.”* Isso, antes de estourar esse negócio, já tinha um negócio bem obscuro em relação à Delta. Então, eu, pelo contrário, sempre fiz críticas duras pela maneira como eles chegaram ao Estado. Foram trazidos, não foi no nosso Governo. Eles chegaram através da Prefeitura de Goiânia, e depois entraram também dentro do Governo. Eu sempre achei que eles atropelavam. Chegavam ao Estado do Ceará atropelando as empresas, ao Estado da Paraíba, Goiás, Mato Grosso, e por aí afora. E os métodos, eu lhe confesso... Agora, o Sr. Cláudio, eu conheço, antes de estar na Delta. E tenho quase certeza de que ele votou em mim, porque ele é meu amigo, mas nunca tive ajuda da Delta em campanha minha, nunca tive. Se tivesse tido, pode ter certeza, estava declarada na minha declaração de ajuda em campanha, porque eu tive pessoas da campanha de 2010 que me ofereceram dinheiro por fora, e eu não quis. Eu falei: *“Não tem necessidade...”* É mais fácil você fazer por dentro, porque a coisa mais difícil que tem é mexer com dinheiro por fora, depois. Eu venho de política lá de trás. Eu comecei a mexer com campanha menino. Na minha região, dava-se comida a eleitor. Do nosso lado dava, e o outro. Isso era normal. Depois mudou, e eu também fui enquadrando nisso aí. Eu não fui candidato nessa época, eu era garoto, mas já mexia com política. Hoje, por exemplo, quando mudou essa... A maneira mais fácil que tem de se mexer com dinheiro em campanha é através do caixa por dentro, que é muito mais tranquilo: você pode falar por telefone, não corre risco de estar transportando dinheiro... Então, fiquei muito tranquilo. Então, Delta, eu nunca tive relação. Pelo contrário, eu acho que aí foi mais ou menos nesse sentido, reclamando de mim, porque eu sempre fiz pronunciamentos, não aqui na Câmara, mas lá através dos meios... — isso aí é fácil trazer de jornais, de programas televisivos —, sempre cobrando que a maneira com que a Delta foi chegando,



principalmente no meu Estado, era atropelando as empresas que ali estão enraizadas há muitos anos.

O SR. DEPUTADO RONALDO BENEDET - Muito bem, então esse Zé Antônio quem é?

O SR. DEPUTADO CARLOS ALBERTO LERÉIA - Eu aí tenho que ver. Eu não sei de quem se trata Zé Antônio. Pode ter certeza. Deve ser esse assunto em que alguém que se chama Zé Antônio deve ter me visto na televisão ou em alguma rádio fazendo essa crítica. Eu imagino, mas não posso... Eu não sei de quem se trata, ilustre Deputado.

O SR. DEPUTADO RONALDO BENEDET - E essa conversa de que Cláudio reclama que Leréia está batendo na CCL, que reflete na Delta; fraude à licitação; ele fala para Lereia calar a boca. Isso não houve, então?

O SR. DEPUTADO CARLOS ALBERTO LERÉIA - Pode ele ter dito aí, mas para mim ninguém nunca me pediu para calar a boca ou não colocar... Até porque eu não aceito esse tipo de insinuação em relação ao meu mandato. Eu fui três vezes Deputado Estadual, três vezes Deputado Federal. Em relação... É claro, a gente tem relação entre as pessoas. A pessoa vem te fazer um pedido, isso é tão aberto, todos nós políticos... Agora, a pessoa vir te dar ordem? Jamais aceitei isso no meu mandato de ninguém. Podem procurar. Eu fui Presidente de três Comissões aqui, convivi com vários Parlamentares nesta Casa, sempre convivi bem com os Parlamentares do Governo, da Oposição, mas jamais me submeti a receber ordens de quem quer que seja. Sempre tive uma relação respeitosa com todos. Eu imagino ser dentro dessa conversa que ele cita isso aí.

O SR. DEPUTADO RONALDO BENEDET - V.Exa. esteve na Delta conversando com Carlinhos Cachoeira?

O SR. DEPUTADO CARLOS ALBERTO LERÉIA - Várias vezes. O escritório também é perto da casa que ele morava, do apartamento; é na 136 o escritório, num edifício perto do Flamboyant, o principal *shopping* de Goiânia.

O SR. DEPUTADO RONALDO BENEDET - Bem, um outro tema que nós vamos abordar é sobre os cargos na Secretaria de Segurança Pública.



Deputado Leréia, há diversas gravações telefônicas que indicam ter Carlinhos Cachoeira pedido a V.Exa. para colocar pessoas por ele indicadas em cargos no Governo. V.Exa. confirma que isto ocorreu?

O SR. DEPUTADO CARLOS ALBERTO LERÉIA - Olha, eu (*ininteligível*). Nós ganhamos a eleição em 1998, em 2002. Em 2006, ganhamos, e não levamos, o Governador nos traiu. E, além de nos trair, o pessoal, aquelas pessoas com as quais eu tinha aproximação que estavam no Governo, demitiu todas. Aí ganhamos de novo, em 2010. O que eu recebi de pedido de emprego! Mas foram vários! Que eu devo ter... E tudo através de ofício, que eu mandei para o Governador, para aqueles cargos comissionados que tem em todos os Estados. Agora, se eu mandei quinhentos, devo ter conseguido, tipo assim, cinquenta, sessenta. E o Sr. Carlos Cachoeira pediu um emprego para uma pessoa que se chama (*ininteligível*), que eu não conheço, nunca vi. E mandei um ofício. E também me disse ele que tinha uma pessoa que trabalhava na Secretaria de Segurança Pública que estava sendo perseguida, que estava sendo demitida. Comissionada. Eu fiz um ofício, assim como eu fiz para ex-prefeitos, prefeitos. E não acompanhei, não sei onde trabalham. E tem um cidadão que se chama Moacir Tocafuldo, que é meu amigo de muitos anos. É amigo do Carlinhos. Trabalhou no meu comitê. Eu encaminhei o nome dele. Ele conseguiu o emprego, mil reais por mês, esses empregos... Mas foi lá trabalhar. E aí depois ele descobriu — já tem mais de 50 anos, quase 60 —, descobriu um câncer de próstata, tinha que tomar medicamento. Pediu para mim para melhorar o salário dele. Pediu ao Carlinhos: “Ó, fala com o Leréia ver se ajuda. Eu não estou dando conta de comprar remédio”. E eu fiz o ofício. Até hoje ele não melhorou o salário. E está com câncer de próstata. Então, foram esses pedidos que fiz, assim, tipo assim: você pede mil, mas eu não sigo depois se o cara conseguiu, onde é que está. Agora, cargo ele nunca me pediu. Agora, emprego pediu para essas duas pessoas, as quais eu citei. Assim como várias outras pessoas que me ajudaram pediram: pai pediu para filha, etc. e tal. E lhe confesso que, se mandei quinhentos pedidos, com certeza, eu acho que tem Parlamentares que aderiram ao Governo que devem ter conseguido mais do que eu. Porque isto é muito de praxe, quando se ganha a eleição: os que aderem às vezes conseguem mais do que os que ajudam na campanha. É sempre assim. E graças a Deus também nunca cobre dessas pessoas



nem apoio, nem onde estão, nem que estão lá trabalhando para mim. Se for, é para trabalhar no Governo. Então, eu já fiz esse tipo de indicação, como é habitual. Como nunca fiz aqui, porque em 2002 perdemos com o Serra, em 2006 com o Alckmin, em 2010 com o Lula. Também ninguém nunca me pediu aqui em Brasília. Por quê? Porque sabe que nós perdemos. Agora, lá onde ganhamos, é habitual. E o senhor foi Deputado Estadual, o senhor também é agente político, o senhor sabe que é dessa maneira que funciona. Eu até tenho um sonho que um dia acabem ou diminuam, pelo menos, esses cargos comissionados, porque, o dia que eles acabarem, fica bem mais fácil a gente lidar com política. Em Goiás, tinha uma empresa de energia, chamava-se CELG. Tinha um negócio de alugar duas caminhonetes numa cidade. Se era o mais votado, Nossa Senhora! Rapaz, era uma loucura! Alugava de um, alugava de outro, você perdia prestígio político. O dia que acabou — hoje a CELG está federalizada, já há muitos anos acabou —, acabou o problema. Eu perdi apoio em cidade porque você tinha que escolher um. Você é o agente político, tinha que indicar lá, assinar. Rapaz, depois que acabou... Foi igualzinho a eleição de escola. Quando era indicação... Em Goiás, todos são eleitos, nas escolas. O dia que acabou, foi uma beleza. Você vai às escolas, é bem recebido por todos. Quando era indicação política, você indicava um professor, ficavam cinquenta com raiva de você, porque você não indicou o outro. Então, essas coisas para mim, esses cargos comissionados, eu sou daqueles que torcem para que eles diminuam, porque, na verdade, você ajuda a empregar, depois ele quer melhoria de salário, essa é a verdade — e o que é normal, na vida das pessoas. E aí depois quer disposição, quer facilidade. Então, eu, como qualquer outro agente político, eleito, já participei, já fiz pedidos em relação a essas questões de empregos através da administração pública.

O SR. DEPUTADO RONALDO BENEDET - Eu vou fazer algumas... Eu estou fazendo essas colocações porque foi o que eu encontrei no processo aqui. Veio para nós, para a gente poder... para V.Exa. dar explicações sobre o que tem os conteúdos que foram trazidos pela própria Câmara naquela sindicância, a sindicância que veio.



Qual foi sua atuação para o atendimento dos pedidos que vou ler agora, no seguinte teor das gravações. O Sr. Wladimir... Tudo está dentro do mesmo inquérito de que já falei, o 3430.

“WLADIMIR diz que a primeira deixa com o Edivaldo e as maiores leva para o Valdir. Carlinhos pede para riscar o nome de Maria José da lista do Valdir, pois o LEREIA vai arrumar emprego para ela. (...) CARLINHOS pede para LEREIA olhar o negócio daquela mulher para ele. Combinam de se encontrar no dia seguinte. (...) CARLINHOS fala o nome da mulher: Maria José de Melo Vieira. (...) CARLINHOS passa o CPF de Maria” — está até o número. (...) “LEREIA pergunta qual a profissão da mulher. LEREIA pede para passar o seu e-mail... (...) MOACIR diz que LEREIA o colocou em uma função que ganha muito pouco e que quer trabalhar na indústria e comércio. CARLINHOS diz que vai ligar para LEREIA. (...) Conversam sobre o emprego de MOACIR TOCA FUNDO. LEREIA diz que vai arrumar, está ‘naquela lista’. (...) AREDES diz que EDIMUNDO está sacaneando todo mundo, que ficou bravo com a conversa entre eles, que quer demitir sua secretária. CONCEIÇÃO APARECIDA MALVEIRA AREDES diz que não queria usar o JOÃO CAMPOS. CARLINHOS diz que vai falar com o LEREIA. CARLINHOS pede para LEREIA intervir junto a EDIMUNDO contra a demissão da secretária de AREDES. CARLINHOS diz que ela é da SSP, e não da CIVIL. CARLINHOS diz que ele é Corregedor-geral das duas polícias. (...) CARLINHOS pergunta se LEREIA ligou. AREDES diz que sim, mas que seria melhor uma ligação do que um ofício, como LEREIA quer fazer. AREDES diz que seria melhor LEREIA ligar para JOÃO FURTADO para pedir a permanência de sua secretária.



(...) CARLINHOS diz que é para LEREIA falar com JOÃO FURTADO, e não fazer ofício. LEREIA diz que pediu para AREDES lhe passar os dados e que vai fazer documento assinado e ligar para JOÃO FURTADO. LEREIA diz que já conversou com o Secretário e entregou o papel da mulher. CARLINHOS pede para LEREIA arrumar uma viagem para o USA. (...) CARLINHOS diz que LEREIA conversou com o secretário em Brasília. Conversam sobre demissões do Governo. (...) WLADIMIR diz que saiu toda a lista do LEREIA”.

Deputado Leréia, não lhe pareceu estranho que estes pedidos tenham sido justamente para a nomeação de pessoas em cargo da Secretaria de Segurança Pública do Estado? Essa é a pergunta, diante de todas estas...

O SR. DEPUTADO CARLOS ALBERTO LERÉIA - Ilustre Deputado, eu já tive oportunidade de responder, mas para pontuar... Em relação à secretária, o Sr. Carlos Cachoeira me disse que ela estava sendo perseguida, que ia ser demitida por perseguição. E é uma secretária, só faz telefone. Ganha mil, dois mil reais, cargo comissionado. E a gestão que fiz foi fazer um ofício pedindo para não ser... Confesso-lhe que não sei, que não conheço a pessoa, se foi ou não. Porque essas coisas você faz normalmente. Em relação a emprego, também fiz o pedido da Sra. Maria José. E você, para fazer o pedido, fazer um ofício, você coloca a profissão, o CPF, o contato, etc. e tal. Se sair, alguém do Governo liga, não eu. Então, isso aí também é verdadeiro. Em relação ao Sr. Moacir Tocafundo, eu já disse: trabalhou no meu comitê. Eu consegui para ele um desses empregos, e ele foi atrás depois, porque descobriu um problema de doença e dizia que precisava comprar remédio. Também não consegui melhorar o salário dele. Também é negócio de emprego, é negócio de mil e tantos reais. Isso eu devo ter pedido, igual a esses assim, para muitas pessoas. Eu tenho todos em ofício registrado. Se quiser, posso enviar a este Conselho todos os que pedi, desde em cidades do interior até em Goiânia. Pessoas que chegam para você e pedem, um parente, um agente político que é ligado ao partido que apoia o Prefeito, o ex-Prefeito, etc. e tal. Todos foram da mesma maneira, feitos através de ofício. Agora, isso não é nenhum cargo de direção. São



esses empregos que o agente político tem que acabar sujeitando-se a fazer porque, se não fizer, saem falando que você não deu atenção. Se você faz e arruma, o salário é ruim, reclamam; e quando conseguem, muitas vezes querem à disposição e querem melhoria de salário. Todos nós passamos por isso, principalmente aqueles que precisam dos apoios de lideranças políticas para se elegerem por qualquer Estado da Federação brasileira.

O SR. DEPUTADO RONALDO BENEDET - Muito bem.

Vamos para o sétimo ponto: conhecimento sobre atividades ilícitas de Carlinhos Cachoeira. V.Exa. sabia das atividades ilícitas praticadas por Carlinhos Cachoeira?

O SR. DEPUTADO CARLOS ALBERTO LERÉIA - Olha, ilustre Deputado, eu acabei de dizer, no início, quando fiz o pronunciamento, que o Sr. Carlos Cachoeira sempre teve atividade legal em Goiás. Ele teve um convênio com o Estado de Goiás — isso aí é fácil levantar — e deve ter pago, entre 1995 e 2005, mais de 40 milhões de reais, quando se encerrou. Há inclusive uma reportagem que saiu na *ISTOÉ* que ele pagava 1 milhão por mês para o Estado. Isso aconteceu no nosso Governo, no Governo do PMDB, que são os nossos adversários lá em Goiás, quando saiu, o Sr. Maguito assinou; assumiu no lugar do Sr. Maguito o Sr. Naphtali Alves, que era o Vice, o Naphtali foi para o Tribunal, assumiu o Helenês, que era Presidente da Assembleia. Nós ganhamos a eleição, continuou o mesmo convênio. Inclusive o Marconi trabalhou para reajustar. Quando chegou em 1990, ele pagava 400 mil e foi para quase 1 milhão de reais. Isso pagou até 2005. Então, essa atividade ele tinha em Goiás. Depois que houve aquele episódio do Waldomiro, a CPI, por decreto presidencial, tinha aquele negócio dos bingos, foi suspenso. Mas eu nunca achei estranho o Carlinhos ter dinheiro porque é dono de um laboratório chamado Vitapan, que tem 700 funcionários; dono de um laboratório no DAIA, em Anápolis, aquele de pesquisa, quando você vai botar um remédio no mercado. Aqueles laboratórios em Goiás hoje, um foi vendido por 1 bilhão, outro por 2 bilhões, não sei o quê. Gera emprego, não sei o quê. Remédio vendido... Você vai a qualquer farmácia lá do Rio Grande do Sul, do Ceará, a qualquer canto, e você vai achar remédio produzido por esses laboratórios daqui. Então, eu não achei estranho hora nenhuma. Então, a atividade dele para mim sempre foi legal. Não tive nenhuma... Se eu soubesse que



tinha alguma atividade ilegal, com certeza, V.Exa. pode ter certeza de que eu não ia pedir dinheiro emprestado a ele. A amizade eu não ia cortar, porque isso aí é maucaratismo, mas não ia pedir amizade, enfim, essas coisas, pedir dinheiro emprestado à pessoa que está em atividade ilegal. Jamais faria isso! Para mim a atividade sempre foi legal, até pelas relações que ele mantinha no Estado de Goiás, não só em Goiânia, em Anápolis, em várias cidades do interior; pessoa que circulava, que teve a vida devassada quando houve o episódio do Waldomiro aqui da Casa Civil. Ele teve que depor, teve a vida devassada por Receita Federal, por Polícia Federal. Eu mais tranquilo fiquei ainda. Então, é tudo isso que eu gostaria de esclarecer. Era só esse ponto.

O SR. DEPUTADO RONALDO BENEDET - Há uma matéria aqui que está dentro dos autos, publicada no *site* UOL em 14 de abril de 2012. Quando indagado pelo repórter se foi surpreendido com as notícias a respeito de Cachoeira, V.Exa. respondeu:

“Ah, se eu falar para você que não tinha conhecimento de que ele mexia com jogo é hipócrita, eu não posso nem falar. Ele mexia com jogo. Agora, como é o meandro desse jogo, aí eu não sei te falar.”

V.Exa. sabia que ele mexia com jogo?

O SR. DEPUTADO CARLOS ALBERTO LERÉIA - Sim, porque mexeu com essa atividade de jogo, durante anos lá em Goiás. Agora, não jogo ilegal. Então, ele mexeu com essa atividade. Isso aí era conhecido, coisa aprovada em tribunal, em assembleia legislativa, etc. e tal. Foi nesse aspecto que eu quis dizer.

O SR. DEPUTADO RONALDO BENEDET - Oitavo ponto — estamos chegando quase ao fim já. Há diversas gravações que revelam ter Wladimir Garcez, em 2009, depositado, em virtude de seu pedido, 100 mil reais na conta corrente da Linkmidia. V.Exa. poderia explicar o contexto em que esses telefonemas ocorreram? V.Exa. saberia esclarecer por que o cheque depositado na conta da Linkmidia foi proveniente da MZ Construções? Por que o depósito aparentemente teria vindo de uma empreiteira?

Eis o teor das ligações — estão aqui as ligações, dizendo o seguinte, no mesmo inquérito, de que já falei, o de nº 3.430. Resumo:



“LEREIA avisa que o depósito pode ser feito no caixa eletrônico até segunda-feira de manhã. WLADIMIR pergunta se não teve jeito. LEREIA diz que o rapaz falou que o cheque foi depositado às dez horas. LEREIA pergunta como foi a conversa com GIL a respeito do terreno. WLADIMIR diz que GIL fez uma proposta. WLADIMIR acha que vai dar certo. LEREIA pergunta se GIL vai aceitar o apartamento dele. WLADIMIR diz que GIL vai mandar avaliar o apartamento, que ele não está concordando com o valor proposto. WLADIMIR manda um abraço para o MARCONE. LEREIA diz que não foi lá. WLADIMIR diz que está indo lá no CARECA e pergunta se LEREIA também vai. LEREIA diz que vai para casa.”

Outro relatório de 2009, do Relatório Policial nº 005/2009, Inquérito Policial nº 3.430:

“LEREIA passa o nome da empresa LINKMIDIA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E EDITORAÇÃO LTDA. (...) LEREIA pergunta: ‘...compreendeu?’ WLADIMIR responde: ‘LINKMIDIA Tecnologia da Informação e Editoração LTDA’. Em seguida LEREIA passa os dados do CGC — dá o número do CGC aqui. WLADIMIR diz: ‘Ok.’ LEREIA fala: ‘Diz pra ver se você não sabe conversar não, número, dados, você tem que repetir, porque aí eu vejo se está certo ou errado’. WLADIMIR diz não ser burro e repete os dados. Depois de falar rispidamente com WLADIMIR, LEREIA passa os dados da agência bancária” — número tal —, “da conta do Banco Bradesco (...) Em seguida LEREIA diz: ‘Eu falei para ele que fazia hoje, que se tivesse passado o cheque, falei, ‘não, é hoje, nós deposita (sic) hoje. ‘Falei para ele, não marquei horário, mas falei que era hoje, hoje eu fui no rádio ali, rapaz, entrevista boa lá, viu.’ WLADIMIR diz não



ter acompanhado e depois confirma os dados passados anteriormente.”

Outro diálogo. Resumo:

“LEREIA está usando o telefone de Carlos e cobra os depósitos. LEREIA liga para WLADIMIR, cumprimentam-se e LEREIA cobra: ‘Eu liguei para o rapaz lá, falou que só fizeram um depósito naquele lá, entendeu? De cinco, podia verificar isso aí’. WLADIMIR diz: ‘Não, foi feito ontem o outro, viu.’ LEREIA não entende e WLADIMIR repete: ‘Foi feito (sic) ontem os dois’. WLADIMIR diz: ‘Tá bom, então tá, um abraço’. LEREIA: ‘certeza né?’ WLADIMIR diz: ‘Certeza, só se o cara tá mentindo né, ele não mentiria não o... foi feito (sic) os dois’. LEREIA diz: ‘Aí fica certo (ininteligível)...’ Parece alguma coisa ininteligível. “...ele liga uai, tá? Daqui a pouco tu vai levar lá de novo, vai pra... pra não ficar estranho’. WLADIMIR diz: ‘Deixa eu ver aqui já te falo’.”

Outro diálogo:

“Pergunta: ‘WLADIMIR, checkou lá?’ WLADIMIR responde: ‘Ó mestre!’ E LEREIA cobra: ‘Você fez checkarem lá?’ Está escrito assim: “checkarem lá”. “WLADIMIR responde: ‘Ah, o menino falou, o GEOVANI, que foi feito ontem, que a menina falou em torno de meio-dia’. LEREIA diz: ‘Então tá, ok, fez os dois, né? Então tá bom’. WLADIMIR diz: ‘Só vai pegar só os papéis depois pra mim’. LEREIA diz: ‘Tá bom, ah, os bancos demoram devolver, mas eu pego com ele, pode deixar’.”

Outro relatório da Polícia:

“Diálogo de GEOVANI. Liga para WLADIMIR e pergunta onde ele está. WLADIMIR está no hospital com seu pai, que está internado. Em seguida WLADIMIR pergunta: ‘Fala uma coisa, é... o LEREIA ligou, você olhou aquele



negócio, tá confirmado ou não tá?’ GEOVANI responde: ‘É... tá faltando... é vinte e cinco, que é... segundo ele aqui vai conseguir fazer só amanhã. Então quer dizer que foi (sic) setenta e cinco?’ WLADIMIR diz: ‘Ah tá bom, pode deixar’. GEOVANI diz: ‘Aí avisa lá e fala que amanhã deu certeza que vai (sic) entrar os outros vinte e cinco que aí nós temos que pegar os cheques pra trás, tá?’ WLADIMIR concorda.”

Outro diálogo do relatório é com Carlinhos Cachoeira e Geovani, que vai fechando essas conversas aqui.

“CARLOS liga pra GEOVANI e pergunta: ‘Aqueles cinquenta depositou lá? Aquele negócio lá que estava faltando?’ GEOVANI responde: ‘deu certo só a metade e a outra metade tá indo amanhã’. CARLINHOS pergunta: “Então, pera aí, dos cinquenta só a metade? Setenta e cinco, então?’ GEOVANI responde: ‘Isso, foi vinte e cinco e os vinte e cinco tá indo só setenta e cinco’. CARLOS esbraveja: ‘Putá que pariu, não acredito não, quê que isso? Então tá bom, amanhã cedo a gente se fala então. te espero aqui, vou passar em ANÁPOLIS amanhã cedo, você me liga’. Despedem-se.”

V.Exa. pediu dinheiro emprestado a Carlinhos Cachoeira? Podia esclarecer por que o dinheiro veio de Wladimir Garcez, se o empréstimo foi concedido por Carlinhos Cachoeira?

O SR. DEPUTADO CARLOS ALBERTO LERÉIA - Pode responder, Deputado?

O SR. DEPUTADO RONALDO BENEDET - Eu tenho mais uma para completar aqui.

O SR. DEPUTADO CARLOS ALBERTO LERÉIA - Ah, sim!

O SR. DEPUTADO RONALDO BENEDET - Eu completo. Depois a gente encerra esse assunto.



Segundo diligências efetuadas pela Polícia Federal, a Linkmidia Tecnologia da Informação tratava-se de uma empresa fantasma, pois, no local indicado como sede da empresa, funcionava, na verdade, o jornal *Formosa News*. Eis o teor do relatório produzido pela Polícia Federal:

“Quanto ao Deputado Carlos Alberto Leréia, foram captados diversos contatos entre o mesmo e membros da organização criminosa versando sobre o depósito de valores (cem mil reais) em conta corrente de uma empresa denominada linkmidia, a pedido do deputado. Diligência realizada no local indicado como sendo sua sede resultou na informação de que lá funciona o jornal Formosa News, também disponível na internet através do sítio formosa. O referido sítio na internet informa como sendo diretor da empresa a pessoa de Leo Teixeira, que vem a ser Leônidas Teixeira. Ainda, no mesmo sítio da internet, foi localizada matéria jornalística em coluna social, informando acerca de viagem a passeio realizada para a Europa com duração de quinze dias do casal Leo Teixeira e esposa, acompanhados do Deputado Carlos Alberto Leréia e esposa. Isso demonstra que ambos possuem relação próxima, reforçando ainda mais o caráter suspeito do depósito realizado na conta corrente.”

V.Exa. apresentou diversas notas fiscais da empresa Linkmidia, de modo a comprovar que não se tratava de uma empresa fantasma? V.Exa. saberia esclarecer onde a empresa Linkmidia fazia os serviços?

O SR. DEPUTADO CARLOS ALBERTO LERÉIA - Ilustre Deputado, essa é uma boa oportunidade para esclarecer esse assunto. A empresa Linkmidia pertence ao filho de um senhor, um advogado aqui da cidade de Formosa, uma cidade bem próxima a Brasília, daqui lá dá menos de 100 quilômetros, pista dupla. O Sr. Léo Teixeira, Leônidas Teixeira, é um advogado que advoga aqui em Brasília e em Goiás, uma pessoa conhecida, empresário e advogado. Eu sou radialista e tenho uma emissora de rádio no interior, na cidade de Minaçu. O Sr. Léo Teixeira ganhou



numa ação parte de uma emissora de rádio daqui da cidade de Formosa e me ofereceu, se eu tinha interesse — a ação já estava em fase final — de ser sócio. Ganhou inclusive uma emissora que pertenceu ao Sr. Paulo Mandarino, que foi Deputado Federal aqui nesta Casa, foi Presidente da Caixa Econômica Federal, no Governo do Sr. José Sarney, e depois elegeu-se por Goiás a Deputado Federal. Houve a separação, a ex-esposa dele ficou com a rádio. E o Sr. Léo Teixeira — aí eu não sei dizer, mas só ele que é advogado — ganhou o direito de uma parte dessa emissora de rádio. E o Sr. Léo Teixeira me ofereceu essa emissora de rádio, essa parte — da parte dele um pedaço —, porque eu sou do ramo e tenho rádio. Eu até, em um primeiro momento, falei: *“Olha, eu vou mexer os pauzinhos para ver se eu dou conta de comprar”*. E, aí, eu tive interesse, fechei com ele o negócio, e, depois, no decorrer, eu estava apertado, fui ao Carlinhos Cachoeira — o Carlinhos sempre mexeu com isso, ele tem uma rádio no interior, mexia com televisão em Anápolis — e eu falei: *“Carlinhos, apareceu esse negócio, e eu fui fazer a conta. Para mim, é só um pedaço, e eu não tenho como ficar”*. Ele falou: *“Não, eu compro. Quanto que é?”* Eu falei: *“O mesmo preço que eu passei”*. E o Carlinhos fechou o negócio comigo. Eu fui ao Léo, falei com ele. E, aí, deu os cheques, eu falei: *“Léo, eu não dou conta de ficar com o negócio”*. Deu os cheques, marcou a data, e o Léo depositou os cheques. Os cheques voltaram. Eu não sabia de onde que eram os cheques. Não fui eu que peguei os cheques. Entregou os cheques lá pra eles. E aí os cheques voltaram sem fundo, dois cheques. Aí ligaram para quem? Para mim. Eu ligo para o Sr. Wladimir, que trabalhava para o Carlinhos. Eu ligo para ele, ou ele me liga — eu não sei —, para cobrar que o Sr. Léo me ligou. Foi exatamente o que aconteceu. Sobre a questão da empresa, a empresa do filho dele é uma empresa que tem sede aqui, onde fica o *Top News*, é fácil de verificar, não é empresa fantasma, aí no próprio relatório está dizendo isso. É pessoa, eu diria, que tem estabelecimento. Sobre esse assunto trouxemos todos os documentos, que estão de posse desta Comissão. Para a CPMI eu os mandei, para a Corregedoria. E também o Sr. Léo Teixeira está à disposição, se precisarem ouvi-lo. Enfim, esse é um assunto que eu fico muito tranquilo em poder falar, porque o que eu lhes afirmo aqui é a pura verdade em relação a esse tema. E, se me perguntar se eu achei estranho que o Carlinhos pudesse aceitar o negócio, é uma atividade, uma das quais com que ele



também mexia em Goiás. Não era novidade para ninguém. Dono de jornal em Anápolis, canal fechado de televisão, rádio no interior. Não achei nunca estranho.

O SR. DEPUTADO RONALDO BENEDET - Sobre o assunto de um terreno no Condomínio Aldeia do Vale.

As gravações a seguir registradas são a causa de V.Exa. ter sido acusado de comprar um terreno estimado no valor de 800 mil reais com Carlinhos Cachoeira. Eis o teor. Isso está no Relatório Policial nº 5/2009, diálogo entre V.Exa. e Wladimir Garcez em 19.06.2009, fls. 3.212, do mesmo Inquérito nº 3.430. Resumo.

“LEREIA avisa que o depósito pode ser feito no caixa eletrônico até segunda-feira, até amanhã de manhã. WLADIMIR pergunta se não teve jeito. LEREIA diz que o rapaz falou que o cheque foi depositado às dez horas. LEREIA pergunta como foi a conversa com GIL a respeito do terreno. WLADIMIR diz que GIL fez uma proposta. WLADIMIR acha que vai dar certo. LEREIA pergunta se GIL vai aceitar o apartamento dele. WLADIMIR diz que GIL vai mandar avaliar o apartamento, que ele não está concordando com o valor proposto. WLADIMIR manda um abraço para MARCONE. LEREIA diz que não foi lá. WLADIMIR diz que está indo lá no CARECA e pergunta se LEREIA também vai. LEREIA diz que vai para casa.”

Já tinha sido relatado isso aqui. Agora, o assunto é do apartamento. Mais um diálogo ainda naquele mesmo Inquérito, no dia 18.06.2009:

“WLADIMIR pergunta se o ANDERSON viu a proposta do aluguel daquela casa. SUI diz que o aluguel vale seis mil, mas que eles vão oferecer uma proposta de cinco mil. WLADIMIR diz que a proposta é boa. SUI diz que a casa é muito boa para a montarem um bingo. SUI começa a descrever a casa. WLADIMIR interrompe e diz para conversarem pessoalmente. WLADIMIR pergunta se SUI falou com GIL sobre o negócio da área do ALDEIA. SUI diz que ele não vai querer não. WLADIMIR explica que



PAULINHO da TROPICAL ofereceu uma permuta por uma casa no Setor Aeroporto, no valor de 400 mil, mais um sobrado no condomínio Alto da Boa Vista, em frente à faculdade da Perimetral, no valor de 250 mil e mais 50 mil reais em dinheiro. WLADIMIR e Sue reclamam da proposta. WLADIMIR disse para Paulinho que essa proposta não interessa. WLADIMIR diz que a proposta do CARLINHOS é boa, que ele e LEREIA vão comprar juntos. WLADIMIR diz que eles estão oferecendo 800 mil reais para pagar em vinte vezes. SUI está pedindo um milhão. WLADIMIR manda SUI avaliar o imóvel.”

Relatório policial falando de diálogo entre Carlinhos e Wladimir: “CARLOS pede para WLADIMIR pegar o GIL e o LEREIA e levá-los no Aldeia”.

Até que ponto foram as tratativas para aquisição do terreno? É a minha pergunta a V.Exa. V.Exa. chegou a visitá-lo para avaliar o negócio? V.Exa. tem algum outro tipo de sociedade com Carlinhos Cachoeira?

O SR. DEPUTADO CARLOS ALBERTO LERÉIA - Ilustre Deputado, esse aí é um assunto em que a maioria dos diálogos trata do Wladimir com outra pessoa. Em relação à minha participação nos diálogos, nesse assunto, por exemplo, de aluguel de casa, eu não participo; não sei do que se tratava. Eu tive um terreno, durante muitos anos, lá, no Alphaville, em Goiânia; comprei e o revendi naquele negócio da propriedade. E eu tinha uma casa no Granville — um condomínio fechado — que vendi. Uma vez eu estive na iminência de fazer uma troca do meu terreno e de um apartamento pequeno, onde a minha mãe mora, que é meu — foi o primeiro apartamento que eu tive em Goiânia — por uma casa. Também não deu certo, porque avaliaram mal as minhas propriedades. Eu sempre quis me mudar de onde moro, que é lá no... onde eu morava. Depois eu comprei uma casa, ou melhor, um apartamento, na Rua 90, e me desfiz da minha casa. Eu nunca tive terreno no Aldeia do Vale; no Alphaville e no Granville, sim. Então, sobre um assunto de cuja conversa não participo é difícil eu explicar. Agora, eu já tentei fazer negócio. Agora mesmo, quando eu comprei esse apartamento, eu olhei vários outros, lá em Goiânia, para fazer troca, para comprar, porque eu estava morando num local em que, para



chegar, precisava atravessar a cidade e levava uma hora. Eu estava gastando uma hora do aeroporto até à minha casa. Às vezes, eu estava gastando mais tempo para atravessar Goiânia do que o tempo que gasto daqui para Goiânia. Tanto é que eu me mudei, no ano passado, para a Rua 9. Agora, eu nunca tive esse tipo de relação de sociedade — até poderia ter — com o Carlinhos Cachoeira. O que eu tenho está no meu Imposto de Renda. Eu tenho uma parte em um avião, um Beechcraft, ano 85, que foi comprada de uma pessoa daqui de Anápolis. Comprei junto com o Sr. Francisco Santos, de Anápolis, que é dono da Francar e um dos donos da Anapolina, essa empresa de ônibus que circula aqui por Brasília. Quando eu comprei, eu botei a minha parte no Imposto de Renda e está lá até hoje. E o Sr. Francisco, na época, parece que vendeu uma das partes para o Sr. Carlos Cachoeira. Agora, eu declarei a minha parte no meu Imposto de Renda e está lá até hoje. Podem verificar que está lá, há muitos anos: a mesma aeronave, uma aeronave que deve valer, no mercado de hoje, 700 ou 800 mil reais. É um avião 85, e eu tenho uma das partes dele. Tudo que tenho eu ponho no meu nome, nunca tive... Até um dia uma pessoa falou: *“Ah, mas parte de avião — você é político — botar?”* Eu falei: *“Eu ponho, ué!”* Para mim, a melhor maneira que tem é estar no meu nome, porque, se não estiver no meu nome, como é que eu vou estar ligando para voar? Ainda brinquei e falei: *“Daqui a pouco, vão ouvir e achar que eu estou pedindo avião de empreiteira, de coisa...”* Então, eu fico muito tranquilo em relação a isso, entendeu? As coisas que tenho estão no meu nome. Mais uma vez, eu coloco aberto tanto o sigilo patrimonial quanto o sigilo bancário, fiscal, telefônico, o que quiserem, e fico muito tranquilo em relação a essas questões.

O SR. DEPUTADO RONALDO BENEDET - Muito bem, Sr. Presidente. Momentaneamente, estou satisfeito com as perguntas que fiz.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Pergunto ao senhor advogado se quer, neste momento, fazer uso da palavra.

O SR. GETÚLIO HUMBERTO BARBOSA DE SÁ - Pois não, Excelência. Exmo. Sr. Presidente, Exmo. Sr. Relator, Exmos. Srs. Deputados, demais senhores e senhoras presentes, a defesa tem breves considerações a serem feitas, tendo em vista que as declarações aqui prestadas pelo Deputado, no entender da defesa, foram esclarecedoras, colocaram luz em questões que estavam, talvez, obscuras.



Excelências, todo esse procedimento está baseado em provas colhidas durante as Operações Vegas e Monte Carlo, realizadas pela Polícia Federal, que são basicamente interceptações telefônicas.

Pelo depoimento do Deputado aqui realizado, podemos verificar facilmente que essas interceptações estão absolutamente fora do contexto; coisas colocadas e pinçadas, talvez até pela forma como foram realizadas as operações. Talvez tenha sido uma escolha da autoridade policial pinçar essas questões para chegar a alguma conclusão.

Agora, vejam bem, Excelências: essa autoridade policial, obviamente, teve acesso a toda a escuta telefônica e, portanto, teve acesso a todo o seu contexto. E vejam bem: no relatório final que essa autoridade policial elaborou dessas operações, ela colocou com todas as letras que todas as interceptações telefônicas em que o ilustre Deputado Carlos Alberto Leréia conversou com o empresário Carlos Ramos denotaram tão somente e exclusivamente uma proximidade, uma amizade, uma intimidade entre o Deputado e esse empresário. No próprio relatório da Polícia Federal, essa autoridade coloca que nada conversado entre o Deputado e o Sr. Carlos Ramos interessava à investigação ou a qualquer coisa da Polícia Federal.

Vejam bem: não obstante tratarmos aqui de questão relacionada ao decoro, a defesa entende que essa relação de amizade, em nenhum momento, ensejou qualquer quebra desse decoro, nem mesmo qualquer falta ética. Tão somente demonstra-se, com clareza, uma relação de amizade que é comum a todos os seres humanos.

Dessa maneira, Excelências, até pelo adiantado da hora, a defesa tem a pedir a esse egrégio Conselho que considere as alegações formuladas na defesa do Deputado Carlos Alberto Leréia, que detalhadamente explicou cada questão levantada aqui pelo ilustre Relator e demonstrou, mais uma vez, que nada afligiu ou atingiu o decoro parlamentar.

Portanto, requer a defesa que a representação formulada seja arquivada como forma de se fazer justiça.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Passo a palavra ao Deputado José Carlos Araújo, já inscrito.



O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Sr. Presidente, ilustre Relator, senhor advogado de defesa do Deputado Carlos Alberto Leréia, eu ouvi atentamente todas as perguntas feitas pelo Sr. Relator e queria perguntar a V.Exa., Deputado Carlos Alberto Leréia, sobre essa proximidade toda com o Sr. Carlos Cachoeira, que o senhor demonstrou e não escondeu de ninguém, se em algum momento o senhor pensou que essa proximidade pudesse arranhar sua imagem nesta Casa ou no seu Estado. Essa proximidade com o Sr. Carlos Cachoeira não poderia levar a que esta Casa, por ser V.Exa. um Deputado, interpretasse que havia uma relação promíscua entre o senhor e o Sr. Carlos Cachoeira? O senhor não pensou nisso em algum momento? Essa é a primeira pergunta.

A outra pergunta é a seguinte. O senhor foi sócio do Sr. Carlos Cachoeira em alguma outra coisa, em algum empreendimento, alguma compra de alguma coisa? Foi sócio dele, ou fez alguma transação ou sociedade?

O SR. DEPUTADO CARLOS ALBERTO LERÉIA - São essas duas?

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Essas duas.

O SR. DEPUTADO CARLOS ALBERTO LERÉIA - Quanto à primeira pergunta de V.Exa., Deputado José Carlos Araújo, eu fico muito tranquilo porque eu acabei de repetir aqui e quero lembrar que, em 2005, quando aqui perguntado e abordado pelo ex-Deputado Paulo Marinho, que era do PR do Maranhão, eu afirmei quando depus naquele Conselho de Ética — eu não em lembro se V.Exa. dele era membro...

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Eu estava aqui.

O SR. DEPUTADO CARLOS ALBERTO LERÉIA - Eu afirmei naquela época por que nunca tive essa preocupação. Primeiro, o Sr. Carlos Cachoeira, assim como muitos cidadãos do meu Estado, cresceu empresarialmente numa atividade que eu nunca achei estranho ter tal crescimento, que foi a atividade da indústria farmacêutica — aquelas indústrias. No início dos anos 90, quando ele entrou nessa atividade, ele era pequeno como Teuto, como Neo Química, enfim, aquelas empresas. Ele adquiriu o laboratório em 1994, e foi exatamente desse período para cá que esse setor cresceu muito. Aí, depois, ele teve também esse convênio com o Estado de Goiás. Tinha lá o negócio de loteria — eu esqueci o nome do órgão que cuida das loterias. Ele assinou em 1995; passou por Tribunal; passou por



Assembleia; passou por um Governo de um partido; de outro partido e de outro, e ele pagou nesse período, até 2005, não sei exatamente quanto, mas deve ser algo entre 35 milhões e 50 milhões. Era uma atividade com um laboratório de pesquisas, esse negócio de equivalência. Eu jamais vou imaginar que ele teria qualquer atividade ilícita, até porque se ganha muito com esses laboratórios, um negócio de crescimento extraordinário. E não só em Goiás, houve também o crescimento desses laboratórios em todo lugar. Por exemplo, o maior do Brasil no setor de genéricos é esse MS. Hoje é o maior faturamento do País no setor. O laboratório vale bilhões, etc. e tal. A outra pergunta de V.Exa. foi se eu já tive alguma sociedade. Em nenhuma atividade, a não ser essa questão da aeronave que eu comprei a minha parte com o Sr. Francisco Santos, de Anápolis, eu declarei no meu Imposto de Renda a sociedade, até hoje, em uma aeronave, que é uma aeronave barata, não é nenhum jato. Digo isso porque há avião que vale 200 mil dólares, mas há avião em que só a turbina vale 5 milhões. Esse avião deve estar custando hoje de 700 mil a 800 mil. Eu tenho uma parte dele declarada no meu Imposto de Renda há muitos anos. E o Sr. Carlos Cachoeira e o irmão dele tinham uma sociedade no avião com o Sr. Francisco. Mas eu sempre declarei a minha parte no Imposto de Renda. Em relação a isso aí eu fico muito tranquilo. Era isso o que eu queria responder.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Bem, eu entendi agora que o Sr. Carlos Cachoeira, o Governo do Estado de Goiás explorava loteria, a loteria de Goiás, não é isso?

O SR. DEPUTADO CARLOS ALBERTO LERÉIA - É, tem uma... Como todos os Governos, havia aqueles que faziam loterias estaduais.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Então, o Governo da Bahia também tinha, e outros Governos também tinham loterias do Estado. E, nesse período, quem explorava para o Estado a loteria era o Sr. Carlos Cachoeira.

O SR. DEPUTADO CARLOS ALBERTO LERÉIA - Através da empresa dele. Eu esqueci o nome da empresa dele que, durante quase 10 anos, explorou legalmente. Uns concordam, outros, não. Mas era legal.



O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Claro. A loteria era do Estado. Ninguém vai admitir que o Estado vá ter uma coisa ilegal. Era legal, depois a Caixa Econômica veio, comprou tudo, e acabaram-se as loterias dos Estados.

O SR. DEPUTADO CARLOS ALBERTO LERÉIA - É, foi depois daquele decreto do Lula, depois do episódio.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Depois acabaram as loterias dos Estados, ficando somente a Loteria Federal.

O SR. DEPUTADO CARLOS ALBERTO LERÉIA - Exatamente.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Bem, pelo que eu entendo, a história do cartão de crédito parece que ficou esclarecida. V.Exa. não comprou, não usou o cartão de crédito.

O SR. DEPUTADO CARLOS ALBERTO LERÉIA - Pode verificar naquele dia se foi comprada alguma coisa. Não comprei nada no cartão. A única coisa que lhes digo, com absoluta certeza, sem mentira nenhuma, que foi para isso. E não consegui comprar sequer os aplicativos. Não consegui baixá-los também. Na verdade, eu lhes confesso que sou meio analfabeto nessa área de informática — só agora que eu tenho melhorado um pouquinho, meu menino é adolescente e tem me ajudado. Eu era muito ruim neste negócio até de acessar o meu *e-mail*. Agora, eu estou mais esperto nisso aí. Eu lhes confesso que não consegui comprar o aplicativo.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Eu entendo. Eu ouvi alguns depoimentos de V.Exa., eu acompanhei a CPI no Senado e, em momento nenhum, o senhor negou a amizade com o Sr. Carlos Cachoeira e sempre negou que tivesse algum negócio com o Sr. Carlos Cachoeira. Mas o fato da sua proximidade sempre deixou esta Casa, os Deputados e todos nós apreensivos, porque não conhecíamos a fundo o problema e achávamos que, realmente, essa proximidade pudesse fazer com que o senhor tivesse algum negócio.

E nas suas campanhas eleitorais, o Carlos Cachoeira contribuiu para as suas campanhas ou participava da sua campanha política, com doações?

O SR. DEPUTADO CARLOS ALBERTO LERÉIA - Posso responder?

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Pode, sim.



O SR. DEPUTADO CARLOS ALBERTO LERÉIA - Da minha campanha, de todas as minhas campanhas, principalmente nessas para Deputado Federal, o Sr. Carlos Cachoeira tem liderança política em Anápolis — um sobrinho dele, inclusive, é Vereador e foi um dos que me apoiou na cidade de Anápolis. Quando ainda se podia fazer aquele café — até há poucas eleições, a gente podia fazer um café ou um almoço —, eu lembro que uma vez, no laboratório dele, ele me ofereceu um café da manhã com os funcionários. Eu fui lá, fiz um pedido de voto. Podia-se fazer, gora já não se pode fazer mais nem o café. Você pode ir à empresa, com já fui a outras do DAIA. Isso foi feito. O sobrinho dele, o voto é secreto, eu imagino até que ele votou em mim. Mas ajuda, ou seja, dizer *“Olha, você toma tanto para a campanha”*, eu nunca tive ajuda dele nesse sentido. Até porque a ajuda eleitoral dele, para mim, era importante, sim. Eu nunca tive muitos votos, mas sempre tive alguns votos que me ajudaram a chegar aqui, especialmente da cidade de Anápolis.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Quando falo em ajuda, é ajuda financeira.

O SR. DEPUTADO CARLOS ALBERTO LERÉIA - Ajuda financeira eu nunca tive. Se tivesse, estava na minha declaração. Eu obtive ajudas. A minha declaração não é pequena. Eu tive uma campanha, o senhor sabe, cara. Eu sou de uma cidade de vinte e poucos mil eleitores e me elegi com 100 mil votos. Eu tive que fazer campanha no Estado inteiro. A minha campanha não foi barata, e todas as declarações estão na minha declaração no TRE. Pode verificar no Tribunal Regional Eleitoral tanto a de 2002, 2006 e 2010. Eu sempre procurei fazer a coisa mais correta possível, até porque a coisa mais difícil hoje é mexer com caixa dois. É muito mais fácil mexer com caixa um do que com caixa dois: o caixa dois dá um trabalho dos diabos, além dos riscos que se tem. Então, o caixa um é muito mais fácil, tanto para o empresário que vai ajudar, quanto para o candidato, que é o caixa oficial.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Eu acho que o Sr. Relator já fez todas as perguntas possíveis de serem feitas. Eu, por enquanto, me dou por satisfeito com as respostas do Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Passo a palavra ao Deputado Marcos Rogério.



O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - Sr. Presidente e Deputado Ricardo Izar, Sr. Relator e Deputado Ronaldo Benedet, a quem cumprimento pelos questionamentos, pela oitiva aqui realizada em sede deste Conselho de Ética; cumprimento também o Deputado Carlos Alberto Leréia, neste momento depoente neste Conselho de Ética.

Eu queria fazer algumas perguntas. Eu considero que as perguntas feitas pelo Relator foram bastante esclarecedoras, do ponto de vista do processo como um todo. Mas eu vou tentar fazer três questionamentos que fogem um pouquinho à regra daquilo que foi questionado, porque eu tenho sustentado a tese de que o nosso julgamento, como membros do Conselho de Ética, não é relacionado às condutas penais puníveis com o ordenamento penal vigente. Aqui, o nosso julgamento vai caminhar dentro daquilo que estabelece o Código de Ética e Decoro Parlamentar, portanto se as condutas praticadas pelo acusado são compatíveis ou incompatíveis com o decoro parlamentar.

As perguntas que foram feitas permitiram a quem acompanhou o depoimento ter uma visão acerca do comportamento. Portanto, farei apenas três observações e questionamentos a S.Exa.

V.Exa. já frequentou casas de jogos, e aqui vinculo, sabendo ou não sabendo se essas pertenciam ao grupo de Carlinhos Cachoeira?

O SR. DEPUTADO CARLOS ALBERTO LERÉIA - Eu já estive em cassino tanto aqui do Brasil, nesses navios, inclusive é uma das coisas que eu acho um absurdo: os navios ancoram nos portos brasileiros, mas, assim que saem dos portos, os cassinos funcionam. Eu já fiz cruzeiro duas vezes aqui no Brasil. Os cassinos funcionam, e o Brasil não tem como cobrar imposto. Eu acho uma aberração isso. As pessoas viajam para ir aos cassinos, inclusive fazendo propaganda. Cassino daquela cidade famosa do Uruguai, cujo nome agora esqueci... Punta del Este. Alguns fazem propaganda nos meios de comunicação daqui, no entanto é proibido. Eu acho que o Governo tinha que, no meu entendimento, não proliferar com regulamento, legalizar, para cobrar imposto. Muitos estão apostando na Internet hoje. Isso o Brasil não tem como cobrar, mas falta dinheiro para a segurança, para a saúde, para a educação. Eu acho que é uma aberração essa proibição que existe no Brasil. Era uma fonte — não que eu tenha



que concordar, ir lá e jogar — e se deveria cobrar caro o imposto, como se cobra do álcool. Eu, por exemplo, gosto de jogar. Que jogo eu jogo? Nunca joguei no jogo do bicho, não jogo nessas maquininhas. Eu gosto de jogar pôquer com os amigos. Sempre me reúno em Goiânia, de vez em quando, e jogamos pôquer, esse Texas Holdem e pôquer antigo. Quem joga sabe. Eu gosto de jogar canastra, buraco. Eu gosto de jogar baralho. Essas máquinas nunca me atraíram, detesto, nunca frequentei casa de jogar e nunca joguei no bicho na minha vida. Não sei nem como é. Sei que ele existe, desde a época do Império. Ele está em Goiás, no Rio, está em todo lado. Todo Estado tem jogo. Já joguei baralho em casas de amigos. Se no Brasil houvesse casa de jogo legalizada, eu jogaria. A última vez em que eu joguei baralho em cassino legalizado foi em Las Vegas — joguei Texas Holdem. Fui com a minha esposa, e um compadre meu com a esposa dele, alguns anos atrás. Nós sempre nos reunimos e jogamos com os amigos.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - Desde quando V.Exa. tem relações — como já declarou — de amizade com o bicheiro Carlinhos Cachoeira?

O SR. DEPUTADO CARLOS ALBERTO LERÉIA - Eu conheci Carlinhos Cachoeira na década de 80. Eu vim para Goiânia no ano de 85, para o interior. Em 86, eu fui trabalhar com o Dr. Henrique Santillo, que foi Ministro da Saúde, foi Governador de Goiás e agora é apresentador de comício. Havia também Uiatan Cavalcante, que era amigo dele de Anápolis, e nos apresentou. Então, eu o conheço desde 1987, até hoje, há muitos anos.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - A última pergunta que eu faria a V.Exa. — deixo a V.Exa. a liberdade de se escusar a responder. O que o senhor entende por ética e decoro? Qual conceito o senhor atribuiu a esses dois institutos?

O SR. DEPUTADO CARLOS ALBERTO LERÉIA - Olha, ética consiste em se cumprir o seu mandato com decência, respeitar o próximo, respeitar as leis do País. Isso, para mim, é o que tem de ser feito. Quanto ao decoro, consiste em se cumprir o Regimento da Casa, que nós fizemos. Se não foi nesta Legislatura, mas, em outras, ele foi se aperfeiçoando. Para mim, essas duas questões são essenciais.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - Muito obrigado a V.Exa. pelas contribuições.



Sr. Presidente, eu estou satisfeito, não farei mais questionamentos. Penso que os questionamentos feitos pelo Relator, bem como pelos demais Deputados aqui presentes, contribuíram para o esclarecimento. Gostaria de frisar que este julgamento, certamente, dará a todos nós a oportunidade de fazermos reflexões profundas, tanto no âmbito da Casa, quanto fora da Casa, acerca desses dois institutos, do ponto de vista conceitual deles, porque os desdobramentos não só deste caso, mas também de outros estão colocando em relevo justamente aquilo que nós fazemos fora daqui, que nem sempre é tido como conduta incompatível, mas hoje está sendo colocado na mídia como conduta incompatível.

Eu penso que esta oportunidade será importante não só para nós fazermos o julgamento deste caso, mas também para analisarmos com mais profundidade a extensão desses conceitos que são importantes. Como todos nós nos submetemos ao Regimento e à Constituição Federal, eu acho importante termos noção e consciência da extensão do que é ética e decoro parlamentar no Parlamento.

Muito obrigado a V.Exa. pela palavra a mim concedida.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Algum outro Parlamentar quer fazer uso da palavra?

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Sr. Presidente, eu queria saber se o Relator arrolou alguma testemunha ou se o Deputado Leréia tem alguém arrolado para testemunhar a seu favor no processo e se o Relator tem alguém para chamar para a oitiva.

O SR. DEPUTADO RONALDO BENEDET - Não, nós não temos mais. Nós tínhamos um delegado, mas ele está fora do País. Nós temos prazo, não vamos criar óbice agora para prorrogá-lo, uma vez que o nosso prazo é improrrogável, segundo o nosso Regimento Interno em relação à questão. O Código de Ética e Decoro Parlamentar não permite prorrogação. Então, a nossa parte de produção de provas ficaria no máximo até a semana que vem, quando vamos apresentar o relatório documental, mas não vamos produzir nenhuma outra prova.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Que importância teria o delegado?

O SR. DEPUTADO RONALDO BENEDET - O outro delegado veio aqui, mas não conhecia o assunto, e o que teria acompanhado alguns inquéritos seria para



mais ou menos reafirmar o que ele já disse no processo, nos autos, mas há prova documental.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - O delegado conduziu algum inquérito?

O SR. DEPUTADO RONALDO BENEDET - Conduziu alguns inquéritos em relação à questão do Cachoeira e aos que envolveram...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra...

O SR. DEPUTADO CARLOS BRANDÃO - Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Tem a palavra V.Exa.

O SR. DEPUTADO CARLOS BRANDÃO - Sr. Presidente, Sr. Relator, eu acompanhei atentamente aqui o depoimento do Deputado Leréia e também tive a oportunidade de participar da última reunião, quando houve uma sabatina com o delegado da Polícia Federal.

O nobre Relator é um Deputado experiente, é da área de segurança, já foi Secretário e conduziu com muita perfeição todo este processo. Durante todas as perguntas que foram feitas ao delegado, feitas por outros Parlamentares, em nenhum momento, o delegado deixou qualquer dúvida com relação à participação do Deputado Leréia ou qualquer tipo de envolvimento neste processo do Sr. Carlos Cachoeira.

Foram feitas várias perguntas, perguntas minuciosas, pontuais, que até nos deixaram sem muito direito a fazer perguntas, porque as interpelações foram muito bem feitas. Agora, novamente, foram feitas outras perguntas complementares. O que mais me surpreendeu é que o delegado foi bem claro, chegando a dizer que não via em nenhum momento qualquer envolvimento do Deputado Carlos Alberto Leréia neste processo.

Diante de todas as perguntas que foram feitas aqui para o delegado, diante de todos os questionamentos de todos os Deputados que tiveram a oportunidade de fazer os seus questionamentos e de o delegado dizer claramente que não tem nenhuma prova contra o Deputado Leréia, Sr. Presidente, eu me sinto, de certa forma, contemplado. Eu acho que ficou claro que o Deputado Leréia tinha uma relação de amizade, coisa que S.Exa. nunca negou. Mas, em nenhum momento,



deixou qualquer tipo de compromisso do Deputado Leréia no envolvimento desta operação. Essa relação da amizade, essa questão do cartão, para mim tudo ficou esclarecido.

Portanto, eu quero dizer que eu fiquei contemplado com o depoimento do Deputado Leréia, com os questionamentos ao delegado da Polícia Federal, que foi bem claro no seu posicionamento.

Eu queria deixar claro o nosso posicionamento em relação a não encontrar nenhum tipo de envolvimento do Deputado Leréia neste processo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Eu queria comunicar aos nobres Deputados que se encerra no dia 23 de agosto o prazo de 90 dias para o encerramento do processo.

Antes de encerrar esta reunião, eu queria convocar reunião para a próxima quarta-feira, dia 14 de agosto, às 14h30min, para leitura, discussão e votação do parecer do Deputado Ronaldo Benedet. Reitero: dia 14 de agosto, quarta-feira, às 14h30min.

Agradeço a presença do Deputado Carlos Alberto Leréia, do seu advogado e dos Parlamentares.

Declaro encerrada a reunião.